

LIBERDADE PARA

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

NUM MUNDO EM MUDANÇA

A UNIÃO FAZ A FORÇA

COVID-19

Direitos humanos
acima de tudo

ANO DE PROTESTOS

Mais justiça,
menos repressão

TEATRO NA PRISÃO

Futuro ensaiado
no palco

NESTA EDIÇÃO:



8

COVID-19



10

A FRONTEIRA DO MEDO



14

ANO DE PROTESTOS



24

TEATRO NA PRISÃO



42

O DRAMA DOS UIGURES

Imagem da capa: Dia Internacional da Mulher, Iraque, março de 2020 © Murtadha Al-Sudani/Anadolu Agency via Getty Images



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - José Alexandre Silva,
Pedro Galinha

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Paginação - Paulo Tavares

Colaboram neste número: Alexandra Fonseca,
Ana Farias Fonseca, Cátia Silva, Rita Colaço

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/aiportugal



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Liberdade em tempos de tumulto

Esta é uma “edição especial” da revista Agir. E, aqui, utilizo o jargão editorial “edição especial” num outro sentido – no sentido em que esta edição é fechada num momento em que o mundo se depara com desafios, realidades e perspetivas que eram inimagináveis quando se iniciou a sua conceção.

Agora compreendemos, talvez melhor do que nunca, que a nossa vida pode mudar radicalmente de um momento para o outro. Que aquilo que temos por garantido, hoje, pode não o ser amanhã. Vivemos num mundo mais fechado, mais incerto, com mais barreiras e isolamento.

Mas a verdade é que são várias as matérias que não perdem – nem podem perder - a sua pertinência: a solidariedade, a humanidade, os direitos e as liberdades individuais e coletivas. Esses são e devem ser uma constante e devem ser ainda mais orientadores em momentos como este, em que globalmente se procuram respostas para uma crise sem precedentes próximos.

E é precisamente esse o foco desta edição: a liberdade e o que ela tem de

significar num mundo em tumulto. Este era já o tema central pensado para esta edição, ainda antes do tempo em que a COVID-19 começou a marcar as nossas vidas. Quem diria que poucas semanas depois este tema ganharia relevância de uma forma tão inesperada?

Agora, mais do que nunca, é preciso termos muito presente o que é a liberdade e a sua importância. Porque a história tem nos ensinado que, em momentos de maior incerteza e medo, torna-se mais fácil descurar a liberdade. Mas é precisamente também nestes momentos que se torna imperativo que tenhamos sempre muito presente o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama no seu primeiro artigo: “Todos os seres humanos nascem **livres e iguais em dignidade e em direitos**. Dotados de razão e de consciência, **devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.**”

Sermos livres na fraternidade, na entrelajada, na nossa humanidade. Sermos livres para sermos mais humanos. Este é o momento em que mais temos de agir assim.



CALENÁRIO DE ATIVISMO

ABR

7

Dia Internacional de Reflexão sobre o Genocídio no Ruanda

MAI

18

Aniversário da Amnistia International Portugal

21

Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento

JUN

20

Dia Mundial do Refugiado

26

Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© Jaka Gasar

Pobreza e marginalização marcam a vida das comunidades Roma nos bairros informais de Škocjan e Ribnica, na Eslovénia. Apesar de a constituição do país prever que todos os cidadãos devem ter acesso a serviços básicos, como água e saneamento, a realidade mostra o contrário.

Com o apoio da Amnistia Internacional, duas famílias avançaram para a justiça, mas o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidiu que a Eslovénia não cometeu qualquer violação. Isto significa que vão ter de continuar a recorrer a alternativas, como ribeiras ou fontes contaminadas, correndo vários riscos de saúde.

Entre dez a 12 mil pessoas compõem a comunidade Roma na Eslovénia. A esperança média de vida é de 55 anos, quando na restante população se fixa em 77. A taxa de mortalidade das crianças com menos de quatro anos é sete vezes maior.



为众人
为自由





© Mark Ralston/AFP via Getty Images

O médico Li Wenliang, que denunciou a propagação da COVID-19 em Wuhan, na China, não resistiu à infecção pelo novo coronavírus. No campus da Universidade da Califórnia – Los Angeles, em Westwood, os alunos renderam-lhe a devida homenagem.

Li Wenliang foi a primeira pessoa a falar sobre a pandemia que já matou milhares de pessoas em todo o mundo. Reprendido pela polícia chinesa, acabou por ser obrigado a assinar um documento no qual admitia que tinha lançado um boato “infundado e ilegal”. Tudo em nome da estabilidade social.

Os perigos da omissão de informações vitais e de interesse público pelo governo chinês tiveram um preço. Mas a repressão não ficou por aqui, já que as autoridades detiveram algumas vozes críticas que se ouviram no meio da crise que galgou fronteiras e, hoje, faz parte do nosso dia a dia. Até quando? Ainda vamos saber.



COVID-19

OS DIREITOS HUMANOS NO CENTRO DAS RESPOSTAS

ATUAL

Perante a atual situação de crise sanitária global e depois de a Organização Mundial de Saúde ter declarado a COVID-19 como uma pandemia, é vital que os direitos humanos sejam o princípio de todos os esforços de prevenção, preparação, contenção e tratamento para proteger a saúde pública e apoiar os grupos e as pessoas em maior risco.

Ainda que os Estados possam aplicar certas restrições, como é o caso de Portugal, onde foi decretado o estado de emergência, as medidas têm de ser coerentes com os princípios gerais dos direitos humanos.

“Estamos perante uma situação inédita, que exige medidas particulares. Em primeiro lugar, é necessário parar a propagação do vírus e proteger, especialmente, as pessoas mais vulneráveis. Neste esforço, lembramos que os direitos humanos devem ser o princípio de toda e qualquer medida”, afirma o diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto.

Consciente da gravidade da situação em Portugal e da necessidade das medidas adotadas, a Amnistia Internacional apela às autoridades que, de forma conjunta, trabalhem para implementar, urgentemente, as medidas que permitam aumentar os recursos humanos e os materiais necessários que garantam o acesso e

usufruto do direito à saúde a todas as pessoas.

Ao mesmo tempo, é essencial aumentar a segurança de todos os profissionais de saúde que se encontram na linha da frente do combate ao COVID-19, através de materiais de proteção e de testes de deteção.

TODOS TÊM OS MESMOS DIREITOS

A organização lembra ainda que todas as pessoas que se encontrem em Portugal têm de ter acesso, sem nenhum tipo de discriminação, a cuidados médicos, entre elas, os migrantes em situação administrativa irregular.

Por outro lado, a Amnistia Internacional solicita às autoridades o reforço das medidas de proteção social e económicas para assegurar que quem está em situação de maior vulnerabilidade e/ou cujos rendimentos possam ser afetados por esta crise mantenha um nível mínimo para

© REUTERS/Edgard Garrido

aceder e usufruir de todos os seus direitos, incluindo o direito à habitação e alimentação.

O caso das pessoas sem-abrigo merece nesta altura especial atenção, exigindo que as autoridades assegurem medidas que protejam o seu direito à saúde. O mesmo se aplica aos moradores de bairros informais, onde o acesso a água e saneamento é, por vezes, limitado, o que faz com que enfrentem mais barreiras à sua proteção.

DIREITOS HUMANOS EM PLENO

Em relação às mulheres vítimas de violência de género, a Amnistia Internacional pede que, no contexto das medidas de restrição de movimentos, as autoridades reforcem os contactos telefónicos com as mesmas e a informação sobre os recursos existentes para a sua proteção, garantindo também a capacidade de resposta imediata caso seja necessário.

“Embora o Estado seja responsável pelo respeito, proteção e cumprimento do direito à saúde, os cidadãos, as instituições e as empresas têm também um papel a desempenhar. Esta é uma crise que só pode ser ultrapassada se permanecermos unidos, ainda que à distância, promovendo a cooperação entre todos”, defende Pedro A. Neto.

Esta é uma hora de solidariedade nacional e internacional, recordando que os desafios que vivemos hoje também o vivem milhões de pessoas em todo o mundo. As pessoas em situação de maior vulnerabilidade, quer em Portugal, quer no mundo merecerão atenção especial também nesta crise humanitária global.

“Os direitos humanos devem ser considerados em absoluto, todos os dias e muito especialmente em situações de emergência como esta. Bem sabemos que alguns aproveitarão esta crise como desculpa para violações de direitos humanos. Com toda a

firmeza dizemos: não os deixaremos! Seremos cada vez mais pessoas a exigir isso mesmo e a agir em prol de um mundo onde todas as pessoas usufruam de direitos humanos em pleno”, conclui Pedro A. Neto.

O CASO DO QATAR

A denominada zona industrial de Doha no Qatar foi parcialmente encerrada após a divulgação oficial de que tinham sido detetados centenas de casos de COVID-19 no seio dos trabalhadores, na sua grande maioria migrantes alojados em condições difíceis. Esta é uma situação recorrente e que a Amnistia Internacional, ao longo da última década, alertou a comunidade internacional. Sobre este caso, Steve Cockburn, da Amnistia Internacional, foi taxativo: “Os locais de alojamento dos trabalhadores estão completamente lotados e a falta de água e saneamento adequados significa que não é possível protegerem-se do vírus. O facto de serem lotados também não permite o distanciamento social”.

O APELO NO EGITO

Com prisões completamente lotadas e com condições sanitárias e de higiene muito deficitárias e, por isso, ideais para a propagação em massa da

COVID-19, o governo do Egito deve, na opinião da Amnistia Internacional, cumprir com as suas obrigações e libertar imediatamente milhares de ativistas, defensores dos direitos humanos, jornalistas e críticos pacíficos que “nem deviam, sequer, estar presos”, nas palavras de Philip Luther diretor de investigação e advocacia da Amnistia Internacional para o Médio Oriente e Norte da África.

A BOA NOTÍCIA DO IRÃO

Ainda que não seja a situação perfeita, o Irão, um dos países asiáticos com mais casos de COVID-19, anunciou o perdão a prisioneiros condenados por ofensas à segurança e com sentenças iguais ou inferiores a cinco anos, assim como os que saíram em liberdade condicional não têm de regressar.

A medida do governo iraniano faz parte, alegadamente, de um conjunto de medidas postas em prática para tentar impedir uma maior propagação do novo coronavírus. Para Philip Luther, a Amnistia Internacional congratula-se pela libertação de todo e qualquer prisioneiro de consciência, mas lembra que ninguém deve ser preso “por exprimir a sua opinião de forma pacífica”.



© Hospital Clinic Barcelona

A fronteira do medo

Arriscar ou permanecer: eis a questão de milhares de pessoas que estão na Turquia, à espera de encontrar uma nova vida na Europa. Mas, do outro lado, as portas mantêm-se fechadas, transformando a esperança em mais receio.



A 27 de fevereiro, a Turquia anunciou que iria deixar de impedir que os migrantes, refugiados e requerentes de asilo tentassem cruzar as suas fronteiras, fechadas desde 2016, rumo à Europa. Só que, nos postos que separam o país da Grécia e da Bulgária, quem se fez ao caminho acabou por encontrar barreiras, agentes e violência. Mais uma vez.

Atualmente, a Turquia alberga cerca de 3,6 milhões de refugiados sírios – mais do que qualquer outro país. Desde dezembro de 2019, um novo fluxo humano fugiu da província síria de Idlib, onde o governo de Bashar al-Assad bombardeou civis com ataques aéreos.

Até agora, os países europeus – e outros – falharam em partilhar a responsabilidade pelo acolhimento das mulheres, dos homens e das crianças que abandonaram as suas casas na Síria. Por outro lado, a Turquia diz que já não consegue lidar com o número de pessoas que acolhe.

RESPOSTA GREGA

A Grécia respondeu com um pacote de medidas desumanas que violam a legislação da União Europeia (UE) e a lei internacional. Forças de segurança dispararam gás lacrimogéneo e a afastaram barcos insufláveis que tentavam atingir as costas do país.

O governo também suspendeu, temporariamente, o registo de pedidos de asilo e afirmou que deportará qualquer pessoa que entre no país de forma irregular, sem analisar sequer o caso. Isto constitui uma violação das responsabilidades da Grécia à luz da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951.

Os líderes da UE apoiaram a abordagem hostil da Grécia. A presidente da Comissão Europeia descreveu o país como o “escudo” da Europa, para dissuadir a entrada destas pessoas e prometeu fornecer apoio financeiro e

material, juntamente com a mobilização de guardas fronteiriços europeus.

Falar nesta crise é falar no acordo UE-Turquia, que, a partir março de 2016, tem como objetivo reconduzir à Turquia os requerentes de asilo chegados às ilhas gregas. Além disso, o regime de Ancara também concordou em impedir que aquelas pessoas deixassem o território nacional com destino à Europa. Em troca, receberia milhares de milhões de euros da UE.

Este acordo é profundamente errado, ao ter por base a falsa premissa de que a Turquia é um lugar seguro. Um dos problemas é o facto de o país não subscrever toda a legislação internacional sobre refugiados. Por exemplo, só os cidadãos europeus podem requerer esse estatuto. Os restantes têm proteção limitada ou condicionada.

Mas existem outras questões na Turquia. Apenas 1,5 por cento dos refugiados sírios em idade ativa têm autorização legal de trabalho, o que quer dizer que se encontram desempregados ou vulneráveis à exploração em trabalhos informais. Além disso, os direitos de registo e de acesso a serviços básicos são limitados.

A Amnistia Internacional também documentou como as autoridades turcas forçaram pessoas a voltar à Síria, espancando-as ou ameaçando-as para assinarem documentos em que declaravam que estavam a regressar “voluntariamente”.

Com a perspectiva de serem forçadas a regressar a uma zona de guerra iminente, não é surpreendente que tentem deslocar-se da Turquia para um local mais seguro.

SÍRIOS E NÃO SÓ

Além de cidadãos da Síria, existem grandes populações afegãs, iraquianas

e iranianas. Há muitos motivos pelos quais podem querer chegar à Europa. Poderão ter família ou querer ir para algum local onde possam trabalhar legalmente e em segurança.

Na Turquia, as oportunidades também são mais escassas. Por exemplo, os refugiados não-sírios não têm autorização para viver nas grandes cidades, como Istambul, Ancara e Izmir. Em 2019, a organização Refugees International disse estar alarmada com a dificuldade dos refugiados afegãos em obter documentos de identificação turcos necessários para aceder ao mercado laboral e a serviços básicos, como saúde, habitação e educação.

Independentemente do motivo que leva as pessoas a deixarem o país de origem, todas merecem ser tratadas com compaixão e dignidade. Além de terem estado em cenários de conflitos armados, podem ter sofrido perseguição individual, por motivos políticos, étnicos, religiosos, de nacionalidade, opinião ou de pertença a um grupo particular.



OS PERIGOS DA COVID-19

Nas ilhas gregas, há milhares de mulheres, homens e crianças à espera de uma decisão sobre os seus pedidos de asilo. Muitos dormem em tendas, enfrentando frio e condições inseguras.

A atual crise sanitária da COVID-19 potencia ainda mais os problemas e lembra-nos que preocupações de saúde pública e outras restrições não podem servir de desculpa para expulsar ou virar as costas a estas pessoas. Os atrasos ou adiamentos dos processos também não devem colocar os requerentes de asilo em risco de serem enviados para os países de origem.



DOSSIÊ

A liberdade e os ataques à sua existência

A liberdade e todas as lutas pela sua conquista têm sido tema intemporal. É assim desde sempre. E foi uma dessas histórias, de vozes dissonantes e corajosas que ousaram afrontar os poderes discricionários, que fez nascer a Amnistia Internacional (AI).

Em 1961, o advogado inglês Peter Benenson, inspirado pelo caso de dois estudantes portugueses presos por brindarem em público à liberdade, publicou o artigo “Os Prisioneiros Esquecidos” no jornal “The Observer”, marcando dessa forma o início da organização.

“Abra o seu jornal num qualquer dia da semana e encontrará um relato de alguém que foi preso, torturado

ou executado, num qualquer sítio do mundo, por as suas opiniões ou a sua religião serem inaceitáveis para o governo do seu país. [...] O leitor fica com um revoltante sentimento de impotência. E, no entanto, se estes sentimentos de revolta por todo o mundo puderem unir-se numa ação comum, algo eficaz pode ser feito”.

Foi assim, desta forma simples e assertiva, que começou o foco da

© AFP via Getty Images

ação da AI: com um apelo à libertação daqueles que Peter Benenson chamou de “prisioneiros de consciência” – todas as pessoas detidas por exercerem a sua liberdade de expressão – e a julgamentos rápidos e justos para todos os presos políticos.

Um ano depois, realizou-se a primeira missão de investigação da organização, no Gana. A esta seguiram-se as investigações em Portugal e na antiga Checoslováquia (agora dividida em dois países distintos, a República Checa e a Eslováquia) e a antiga República Democrática Alemã (que aquando a queda do Muro de Berlim se uniu à vizinha República Federal Alemã e deu origem à Alemanha que conhecemos nos dias de hoje).

DE LÁ PARA CÁ, POUCO MUDOU

Seria crível que, em quase 60 anos, as coisas evoluíssem. Mas não. Infelizmente são muitas as notícias que, dia após dia, se fazem sobre a detenção e a prisão de defensores dos direitos humanos, de livres-pensadores, de vozes críticas ao sistema vigente, de pessoas que saem em defesa de justiça, de mais direitos e, também, por serem como são.

Não se estranha, que nos três relatórios já publicados pela Amnistia Internacional referentes a 2019, os números continuem a ser dramáticos e assustadores. “Os direitos humanos sofreram ataques renovados em boa parte das Américas, com líderes intolerantes e cada vez mais autoritários que recorreram a táticas cada vez mais violentas para impedir as pessoas de protestar ou de encontrar segurança noutros países”, descreveu sem pejo, Erika Guevara-Rosas, diretora para as Américas da Amnistia Internacional.

No mesmo sentido, Heba Morayef, diretora para o Médio Oriente e Norte de África da Amnistia Internacional,

assumiu: “Os governos devem perceber que a repressão de protestos e a prisão de críticos pacíficos e defensores dos direitos humanos não vão silenciar as exigências das pessoas”.

Já Nicholas Bequelin, diretor para o Sudeste Asiático e Ásia Oriental da Amnistia Internacional, foi taxativo, relembrando inúmeras lutas travadas durante o ano: “Os manifestantes em toda a Ásia, durante 2019, estavam ensanguentados, mas mantinham-se firmes. Foram sufocados, mas não silenciados”.

DA TURQUIA À CHINA

Nesta edição, olhamos ainda para o processo judicial contra Taner Kiliç e Idil Eser, antigos responsáveis da Amnistia Internacional Turquia. Ambos, assim como outros defensores dos direitos humanos, aguardam a decisão em liberdade, mas todos já perderam muitos meses das suas vidas atrás das grades por crimes que não cometeram.

Tudo se iniciou a 6 de junho de 2017, quando Taner Kiliç foi detido sob a acusação de pertencer ao movimento de Fethullah Gülen, na sequência de uma devastadora “perseguição” encetada pelas autoridades turcas “após a tentativa frustrada de golpe de Estado em julho de 2016.

Exatamente um mês depois, Idil Eser foi detida durante uma formação sobre segurança digital, em conjunto com outros nove defensores de direitos humanos na Turquia, sob a acusação de pertencer a uma “organização terrorista”. Ficaram conhecidos como os “Dez de Istambul”.

Neste dossiê, teremos também a história dos uigures. Desde março de 2017 que se assistiu em Xinjiang, na China, a uma intensificação das detenções das etnias predominantemente muçulmanas.

No entanto, esta “perseguição” a quem tem uma escolha diferente no que toca à religião não é só feita nas fronteiras da China. Vai muito além. Os uigures que decidem sair em busca de uma vida melhor, livre, sofrem pressões de diversas formas por parte do governo chinês para regressarem e, assim, serem encaminhados para campos de reeducação.

PENSAR A LIBERDADE ATRÁS DAS GRADES

A Amnistia Internacional Portugal integra um projeto de teatro na prisão, em Sintra, onde um grupo de reclusos prepara o regresso à liberdade através da arte. Nestas páginas, daremos ainda destaque a diferentes gerações de todo o país que irão dar a sua versão do que é a liberdade e Sofia Branco, presidente do Sindicato de Jornalistas, responde a sete perguntas pertinentes sobre a luta de uma classe cada vez mais fragilizada.

TECNOLOGIAS INTRUSIVAS

A Lei Geral de Proteção de Dados despertou a consciência de grande parte dos cidadãos para os perigos existentes na internet. É esta, possivelmente, a forma mais fácil de explicar os perigos que diariamente corremos ao nos expormos, principalmente nas chamadas redes sociais.

Mas este é um problema muito mais lato. E muito mais perigoso. A diretora da Amnesty Tech, Tanya O’Carroll, explica nestas páginas que a liberdade, conforme a conhecemos, pode ser colocada em causa: “Na maior parte dos casos, não sabemos que dados recolhem sobre nós, que perfis conseguem criar, para compreender e prever os nossos comportamentos, os nossos interesses, o que queremos comprar, em quem podemos votar nas próximas eleições”.



© Mateo Lanzuela

AMÉRICAS

Manifestantes resistem nas ruas

Milhões de pessoas na região das Américas fizeram de 2019 um ano de protesto contra a violência, a desigualdade, a corrupção e a impunidade. Em resposta, houve governos a restringir direitos.

Sempre que olharmos para 2019, uma certeza saltará à vista: movimentos de protesto, em muitos casos liderados por jovens, reivindicaram responsabilização e respeito pelos direitos humanos em países como Venezuela, Honduras, Porto Rico, Equador, Bolívia, Haiti, Chile e Colômbia. No entanto, em vez de criar mecanismos para promover o diálogo e responder aos manifestantes, a maioria das autoridades respondeu com táticas repressoras e mais militarizadas.

Os números demonstram esse lado negro, bem documentado no relatório da Amnistia Internacional sobre o estado dos direitos humanos nas Américas em 2019. Pelo menos, 202 pessoas morreram, de forma violenta, em contexto de protestos: 83 no Haiti, 47 na Venezuela, 35 na Bolívia, 23 no Chile, oito no Equador e seis nas Honduras.

“Os direitos humanos sofreram ataques renovados em boa parte das Américas, com líderes intolerantes e cada vez mais autoritários que recorreram a táticas mais violentas para impedir as pessoas de protestar ou de encontrar segurança noutros países. Mas também vimos jovens erguendo-se para reivindicar transformações em toda a região, organizando manifestações populares, em maior escala. A sua coragem quando confrontados com a repressão brutal dos Estados dá-nos esperança e mostra que as gerações futuras não se deixarão intimidar”, comenta a diretora para as Américas da Amnistia Internacional, Erika Guevara-Rosas.

2019

EM NÚMEROS

30,8% 
DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
VIVIA ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

  210
PESSOAS MORRERAM
NOS PROTESTOS

2.^a 
MAIOR CRISE MUNDIAL DE REFUGIADOS
TEVE ORIGEM NA VENEZUELA

Em 2019, a América Latina voltou a ser a região mais perigosa do mundo para os defensores e as defensoras dos direitos humanos. Aqueles que se dedicam a proteger os direitos à terra e ao meio ambiente correram risco especial de ser alvos de assassinatos seletivos, criminalização, deslocamento forçado e assédio. A Colômbia continuou a ser o país mais letal, tendo sido palco de, pelo menos, 106 homicídios. Os principais visados eram líderes indígenas, negros e camponeses.

No México, pelo menos, dez jornalistas foram mortos. Além disso, houve um número recorde de homicídios, revelando o fracasso da Guarda Nacional e da aprovação de uma nova lei sobre o uso da força.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a violência com armas de fogo continuou a ser uma das maiores preocupações de direitos humanos. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro assinou uma série de decretos e ordens executivas que, entre outros resultados preocupantes, enfraqueceram a regulamentação da posse e do porte.

“Com ainda mais turbulência social, instabilidade política e destruição ambiental a ameaçar a região em 2020, a luta pelos direitos humanos é tão urgente hoje como nunca. E que ninguém se iluda: os líderes políticos que pregam o ódio e a divisão, num esforço para demonizar e enfraquecer os direitos, vão ver que estão do lado errado da história”, nota Erika Guevara-Rosas.

MIGRANTES VISADOS

O número de homens, mulheres e crianças que fugiram da crise de direitos humanos na Venezuela chegou a cerca de 4,8 milhões – um número sem precedentes nas Américas. Contudo, Peru, Equador e

Chile reagiram com novas exigências restritivas à chegada de estrangeiros, bloqueando a entrada de venezuelanos que necessitam de proteção internacional. O governo dos EUA usou, indevidamente, o sistema de justiça para perseguir os defensores e as defensoras dos direitos dos migrantes, deteve crianças que fugiam de situações de violência e implementou novas políticas para atacar e restringir o direito ao asilo, violando as obrigações que tem à luz da lei internacional.

A administração de Donald Trump forçou ainda dezenas de milhares de pessoas a esperar no México, em condições perigosas, ao abrigo do Protocolo de Proteção a Migrantes, também conhecido como a política “Permanecer no México”. Outros problemas documentados são os programas sigilosos de deportação rápida, que leva a que estas pessoas deixem de ter apoio jurídico, e a pressão feita a países vizinhos, como a Guatemala, El Salvador e as Honduras, para assinarem uma série de acordos de “Terceiro País Seguro”.

Após a ameaça norte-americana de novas tarifas comerciais, o governo mexicano não só concordou em receber e acolher requerentes de asilo devolvidos à força sob o Protocolo de Proteção a Migrantes, como também enviou tropas para impedir migrantes centro-americanos de chegar até a fronteira entre os EUA e o México.

IMPUNIDADE REINANTE

O governo guatemalteco dificultou o acesso à justiça para as vítimas de violações graves dos direitos humanos, já que encerrou a Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala, no ano passado. As preocupações ambientais continuaram a aumentar, com a administração de Donald Trump a anunciar, formalmente, a intenção de se retirar do Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, graves crises na Amazônia afetaram povos

indígenas do Brasil, da Bolívia, do Peru e do Equador. No caso específico do Brasil, as políticas de Jair Bolsonaro alimentaram incêndios devastadores na Amazônia, deixando as comunidades tradicionais em perigo contra a extração ilegal de madeira e a criação de gado.

Tendo chegado ao poder no início de 2019, o presidente brasileiro colocou em prática o seu discurso contra os direitos humanos. A morte da deputada estadual e ativista Marielle Franco, em 2018, continuou sem responsáveis.

A violência de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres continuam a ser um problema na região das Américas. Na República Dominicana, a polícia violou, espancou e humilhou trabalhadoras do sexo, em atos que podem ser considerados como tortura. Em El Salvador, onde o aborto é ilegal, as autoridades continuaram a criminalizar mulheres e meninas – especialmente as de origem pouco privilegiada. Na Argentina, a cada três horas, uma menina com menos de 15 anos deu à luz, a maioria devido a gravidezes forçadas decorrentes de violência sexual.



VITÓRIAS A CELEBRAR

SCOTT WARREN, ACUSADO DE PROTEGER DOIS MIGRANTES NOS EUA, NÃO FOI A JULGAMENTO

EVELYN HERNÁNDEZ FOI ABSOLVIDA NUM CASO RELACIONADO COM UMA EMERGÊNCIA OBSTÉTRICA EM EL SALVADOR

22 PAÍSES ASSINARAM O ACORDO DE ESCAZÚ, UM INOVADOR TRATADO REGIONAL SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS



MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

Mundo digital sob ataque

Em todo o Médio Oriente e Norte de África, as autoridades adotaram uma série de táticas para reprimir as ondas de protesto, que subiram de tom, no ano passado. O mundo digital não foi exceção.

Os números mostram como os governos esmagaram as manifestações em vários pontos do Médio Oriente e Norte de África, em 2019. No Iraque, registaram-se, pelo menos, 500 mortos e, no Irão, mais de 300. A resposta sangrenta seguiu-se a protestos de natureza política e contra o aumento dos preços em serviços públicos, que marcaram o final do ano.

Na Argélia, o presidente Abdelaziz Bouteflika saiu de cena, após 20 anos no poder, devido à pressão popular. Mas as autoridades tentaram limitar os manifestantes através de detenções arbitrárias em massa e acusações na justiça. No Líbano, a insatisfação saiu à rua e fez cair o governo, não sem antes as forças de segurança terem aplicado força excessiva e ilegal.

No Egito, registaram-se protestos, em setembro, que apanharam de surpresa as autoridades. Posteriormente, foram feitas detenções arbitrárias de mais de quatro mil pessoas.

Os governos da região visaram ainda quem exerce os seus direitos à liberdade de expressão em plataformas digitais. Jornalistas, bloggers e ativistas que publicaram declarações ou vídeos considerados críticos em redes sociais foram alvo de detenções, interrogatórios e processos na justiça, concluiu a Amnistia Internacional no relatório sobre o estado dos direitos humanos na região em 2019.

Num total de 12 países, foram detidas 136 pessoas apenas por partilharem opiniões. O acesso a conteúdos e informações também não foi sempre garantido. Por exemplo, durante os protestos no Irão, as autoridades decretaram um apagão quase total da Internet para impedir que fossem partilhados vídeos e fotografias da atuação das forças de segurança, responsáveis pela morte de manifestantes.

O país continuou a proibir o acesso a plataformas como o Facebook, Telegram, Twitter e YouTube.

2019

EM NÚMEROS

367



DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS
DETIDOS



500

PESSOAS MORRERAM NOS
PROTESTOS DO IRAQUE



12

PAÍSES PRENDERAM AUTORES DE
PUBLICAÇÕES ONLINE



VITÓRIAS A CELEBRAR

TPI DEFENDEU A ABERTURA DE UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE OS CRIMES DE
GUERRA COMETIDOS NOS TERRITÓRIOS
PALESTINIANOS OCUPADOS

TUNÍSIA INICIOU 78 JULGAMENTOS
RELACIONADOS COM ABUSOS DAS
FORÇAS DE SEGURANÇA

ARÁBIA SAUDITA INTRODUZIU
REFORMAS NO SISTEMA DE TUTELA
MASCULINA



ÁSIA E PACÍFICO

Nova geração de ativistas

Os jovens estiveram na linha da frente contra a crescente repressão e os atentados às liberdades na Ásia. As minorias foram alvo da intolerância nacionalista, com as duas potências regionais a liderarem os ataques.

“De estudantes em Hong Kong a liderar um movimento de massas contra a crescente interferência chinesa, a alunos indianos a protestar contra políticas antimuçulmanos, passando por jovens eleitores da Tailândia que se uniram num novo partido de oposição, até a manifestantes pró-igualdade LGBTI em Taiwan. Os protestos populares liderados por jovens desafiaram a ordem estabelecida”, recorda o diretor para o Sudeste Asiático e Ásia Oriental da Amnistia Internacional, Nicholas Bequelin, sobre o último ano.

No relatório referente ao estado dos direitos humanos em 2019, a China voltou a evidenciar-se. O apoio de Pequim a um projeto de lei de extradição de fugitivos em Hong Kong, que permitia o envio de suspeitos para a China continental, desencadeou uma onda de protestos a uma escala sem precedentes. Os residentes da região administrativa especial chinesa saíram às ruas, regularmente, para exigir responsabilidades face à violência policial.

Na região autónoma de Xinjiang, até um milhão de pessoas de origem uigur e de outras minorias étnicas predominantemente muçulmanas foram detidas e forçadas a permanecer em campos de “desradicalização”. No entanto, a China continuou a negar os propósitos destas infraestruturas.

Na Índia, milhões de pessoas criticaram uma nova lei que discrimina os muçulmanos em manifestações pacíficas. No único estado de maioria muçulmana, Caxemira, foi revogado o estatuto autonómico especial. A decisão motivou protestos, levando as autoridades a impor um recolher obrigatório, a cortar as comunicações e a deter vários líderes políticos.

No Sri Lanka, violência antimuçulmana eclodiu após os atentados registados no domingo de Páscoa de 2019. Já a Indonésia foi palco de protestos contra a promulgação de vários diplomas legislativos que ameaçavam liberdades.



2019

EM NÚMEROS

120 mil



PESSOAS SOFRERAM MAUS-TRATOS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NORTE-COREANOS

2500

CIVIS MORRERAM NO CONFLITO ARMADO DO AFGANISTÃO



2 milhões

MANIFESTANTES SAÍRAM ÀS RUAS NUM SO PROTESTO EM HONG KONG



VITÓRIAS A CELEBRAR

TAIWAN LEGALIZOU O CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

ADVOGADOS E ATIVISTAS EVITARAM QUE AS EXECUÇÕES FOSSEM RETOMADAS NO SRI LANKA

PELA PRIMEIRA VEZ, DUAS MULHERES FORAM NOMEADAS JUÍZES DE UM TRIBUNAL SUPERIOR NAS MALDIVAS

2019

UM ANO DE DESCONTENTAMENTO

Várias cidades por todo o mundo foram palco de protestos. Alguns levaram à queda de líderes que estavam no poder há longos anos. Outros obrigaram governos a mudar políticas.

FRANÇA: O movimento dos “coletes amarelos” saiu às ruas, em outubro, tornando-se no protesto por reformas mais longo da história do país

CHILE: Os protestos de estudantes contra o aumento das tarifas dos transportes público, em outubro, foram seguidos de outros por mais justiça social, tendo acabado com mais de 30 mortos

EQUADOR: O governo anunciou que iria deixar de subsidiar os combustíveis, o que levou a protestos em massa, em outubro

BOLÍVIA: Suspeitas de fraude eleitoral e milhares de pessoas nas ruas provocaram a queda do presidente do país, em novembro

EUROPA

ÁSIA

AMÉRICAS

MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

IRÃO: O aumento nos preços da gasolina foram o gatilho para o descontentamento popular, em novembro, que acabou com a morte de mais de 300 manifestantes

IRAQUE: Alegações de corrupção fizeram com que os iraquianos organizassem protestos contra o governo, em outubro, que terminaram com mais de 500 mortos

LÍBANO: Os manifestantes obrigaram à demissão do primeiro-ministro, em outubro, devido a suspeitas de que más práticas colocavam em causa os direitos sociais e económicos mais básicos

EGITO: Milhares de pessoas participaram em manifestações, em setembro, depois de uma série de vídeos virais sobre suspeitas de corrupção nas forças armadas

ARGÉLIA: Abdelaziz Bouteflika abandonou o cargo de presidente, após 20 anos, devido aos protestos populares, que começaram em fevereiro

ÍNDIA: A nova lei da nacionalidade, que exclui muçulmanos, provocou protestos de milhares de pessoas, em dezembro

HONG KONG: A polémica lei de extradição de fugitivos para a China continental juntou milhões de manifestantes, em diversas iniciativas a partir de abril.

RELATÓRIOS ADIADOS



Devido à crise sanitária da COVID-19, os relatórios da Amnistia Internacional sobre o estado dos direitos humanos na Europa, Ásia Central, África Austral ou África Austral, em 2019, foram adiados.

SOFIA BRANCO

Presidente do Sindicato dos Jornalistas



“As pessoas criticam o mau jornalismo e não pagam o bom”

Há liberdade de imprensa em Portugal?

Sim, apesar de termos de questionar os constrangimentos. Os jornalistas, pelas condições muito frágeis que existem, têm alguma tendência para a autocensura. Depois, é preciso pôr em confronto – algo que não está a ser feito – os limites da liberdade de expressão, quando do outro lado está um tipo de ódio, como o racismo e machismo.

Até que ponto os meios de comunicação devem dar espaço a essas visões?

Não é uma questão fácil porque vai entrar em conflito com a liberdade de expressão, que não é um direito absoluto, pois pode ser restringido em diversas situações. Os Estados Unidos restringem a liberdade de expressão com base na segurança nacional, desde os atentados de 2001. A saúde pública e os direitos humanos são outro critério para essa decisão. Se inserirmos os crimes de ódio nas violações dos direitos humanos, acho que pode existir, legitimamente, uma restrição. Temos é de discutir isso e assumir que é preciso abrir uma frente.

O controlo da comunicação social privada por grandes grupos económicos é um risco?

A questão é que esses grupos são cada vez maiores. Isso é limitativo, quer do ponto de vista estritamente comercial, no sentido da angariação de publicidade, mas também do ponto de vista laboral. Alguém que, hoje em dia, trabalha para um grupo que tem rádios, jornais e canais de televisão, se por qualquer razão se incompatibilizar com uma chefia e saia, fica sem um quarto do mercado para poder trabalhar.

A concentração leva ainda a saídas e exige que quem fica faça mais pelo mesmo valor. De acordo com um estudo, um terço dos jornalistas em Portugal que não têm vínculo laboral não são trabalhadores independentes. São trabalhadores precários. Um terço dos jornalistas também só ganha 700 euros líquidos por mês. E quase todos são licenciados e muitos têm mestrado.

O Estado deve ter um papel no financiamento dos meios de comunicação privados?

Ninguém defende apoios diretos porque, depois, pode levar a interferências. Os apoios indiretos, há toda uma possibilidade de dedução fiscal, incentivos ou consignação de IRS para um órgão de comunicação social. No caso dos jornalistas, era muito importante que o Estado, através do Ministério da Cultura que tem a tutela, apoiasse mais a formação profissional. Há toda uma questão relacionada com a adaptação tecnológica que exige isso. Os jornalistas são dos profissionais que procuram mais formação profissional, mas têm de o fazer por sua conta e risco.

Qual é a consequência da iliteracia para os média?

É diária. Vivemos nesta espiral das redes sociais que não permite reflexão. Partilha-se sem pensar e é preciso desenvolver essa consciência crítica. No ano letivo 2018/2019, arrancámos com o nosso projeto de literacia, que é o único em Portugal. O projeto prevê professores mais bem capacitados, que recebem formação de equipas

com jornalistas no ativo ou professores de comunicação. Na primeira edição, formaram-se 100 professores. Os alunos são do 3.º ciclo e secundário. Outro público que nos preocupa muito é o sénior. Não tem a consciência nem o objetivo de difundir mentiras, mas como não sabe acaba por partilhá-las.

No tempo desse imediatismo e das fake news, de que forma se pode valorizar o trabalho dos jornalistas?

É o que fazemos com os professores. As pessoas não sabem o que é o critério valor-notícia. Na preparação de um telejornal, pode haver um critério mais valorizado do que outro. Há sempre uma ideia subjetiva, mas, até há pouco tempo, existia a ideia de que o jornalismo era uma coisa objetiva. É uma falácia, sempre foi. Nas nossas sessões, mostramos o Código Deontológico dos Jornalistas, que é o princípio básico da profissão. É violado todos os dias? Sim, mas temos de denunciar, que é um hábito pouco recorrente. Há bons jornalistas e bom jornalismo em Portugal. Mas as pessoas criticam o mau e não pagam o bom.

O jornalismo ainda é o quarto poder?

Acho mais saudável ser contrapoder, numa perspetiva de que o jornalismo deve estar sempre numa postura de escrutínio e vigilância daquilo que é prometido. É preciso uma reflexão: os jornalistas eram os detentores da informação, mas agora há outros comunicadores. Alguns profissionais ainda não descenderam dessa posição e estão mais próximos do poder do que das pessoas.

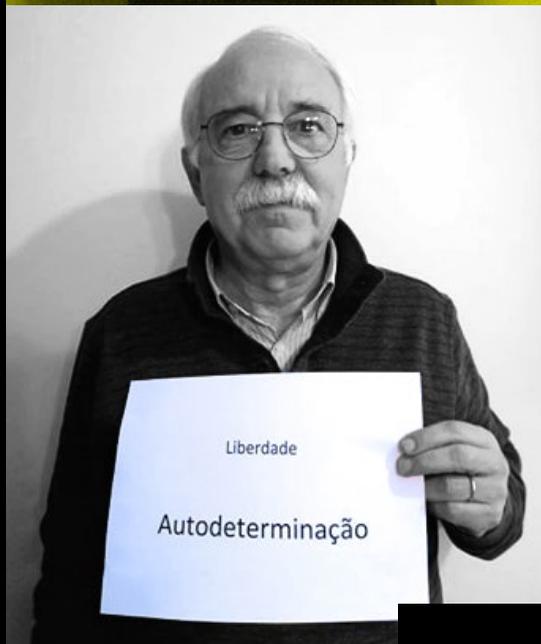


Liberdade

Um conceito tão transversal, e tão fundamental aos direitos humanos: “Todas as pessoas nascem livres e iguais”. Liberdade de expressão, liberdade de reunião e manifestação, liberdade de uma crença, de se ser quem é, liberdade de pensar.

Mas será a liberdade um conceito universal? É o mesmo para todos nós ou compreendemo-la de forma diferente, consoante as gerações, o nosso passado, a nossa personalidade e as nossas experiências?

Procurando explorar um pouco melhor várias perspetivas sobre a liberdade, convidámos pessoas diferentes, mas familiares, de várias gerações e de vários pontos do país. E desafiámo-las a responderem a algumas questões: o que é para elas a liberdade, se vivemos hoje num mundo mais ou menos livre do que há 50 anos, e como será o futuro: caminhamos para uma sociedade mais livre ou o contrário?



HISTÓRIA E ESPERANÇA: A LIBERDADE ASSENTE NA AUTODETERMINAÇÃO

Lourenço Santos, de 68 anos, e Inês, de 14, são avô e neta, ambos residem em Aveiro. Definem liberdade de forma bem diferente. Para Inês Santos, a liberdade é “um direito que qualquer cidadão tem de agir sem qualquer impedimento, de acordo com a sua vontade, desde que dentro da lei”.

Para Lourenço vai além disso: “É algo a que damos especial valor quando não a temos”. “A liberdade é a capacidade de ser autónomo nas minhas decisões, a possibilidade de definir o meu percurso e de fazer escolhas exclusivamente dependentes da minha vontade: a autodeterminação.

A liberdade nunca será, no entanto, absoluta. Na verdade, a liberdade individual será sempre limitada pelos direitos inerentes à liberdade do outro que eu sou obrigado a respeitar”. Quando questionados sobre as diferenças entre hoje e há 50 anos, as respostas apontam um mesmo sentido. Inês afirma que atualmente as pessoas “podem dizer o que pensam, fazer o que querem e viajar”, sem terem alguém a “controlar” toda a sua vida. Resume, em poucas palavras, o que o avô explica que não existia no tempo em que viveu a sua juventude. “Existia uma liberdade mais reduzida”, explica, lembrando a falta de “liberdade política e religiosa”, assim como “liberdade económica”, no sentido fatalista em que um filho “dificilmente conseguiria fugir daquele que era o destino dos pais”. Quanto à liberdade de expressão, essa “não existia”. Qualquer manifestação de opinião “minimamente desalinhada” daquilo que era o “pensamento vigente” tinha à perna a polícia política.

Sobre o futuro, Inês acredita que nada impedirá “as sociedades de serem livres”, reprovando qualquer pensamento negativo sobre “a ideia de recuar no tempo”. Algo que Lourenço sabe não ser tão linear, pois liberdade não é um dado adquirido e teremos, sempre, “de lutar por ela”. “Olhando à nossa volta, verificamos que as sociedades atuais facilmente tendem a derrapar para o cercar das liberdades individuais. À esquerda e à direita há, de novo, fortes tendências egocentristas, nacionalistas, xenófobas e racistas que, sub-repticiamente vão derrapando para o autoritarismo e, logicamente, para o desaparecimento das liberdades individuais”, conclui.



LIBERDADE É A AUTONOMIA DE PODER ESCOLHER O CAMINHO

Carminda Coitinho, de 88 anos, e Tâmara Andrade, de 33, são avó e neta e moram em Ponta Delgada. Como palavra definidora de liberdade escolhem “autonomia” porque, para elas, essa é a melhor parte de ser livre: poder escolher o seu caminho. Para Carminda, liberdade é “a pessoa poder relatar os seus pensamentos sem restrições e sem ter medo de ameaças”. Já Tâmara refere que gosta da “sensação” de “expressar francamente” tudo o que sente e pensa, podendo sem “condicionalismos externos, de qualquer espécie”, escolher qual o “melhor caminho a seguir na vida”. Carminda, mulher de poucas palavras, responde à questão sobre se vivemos hoje num mundo mais ou menos livre do que há 50 anos com um simples “sim”, sem esconder um daqueles silêncios mais fortes que as palavras, e que remete à sua história, de tempos em que as amarras eram sempre tão mais presentes que a liberdade. Já Tâmara acredita “que sim”, que há mais liberdade, mas a sua experiência em missões de voluntariado permite-lhe dizer com segurança que, apesar de tudo, ainda existe “um longo caminho a percorrer” para garantir que a liberdade “chega a todos de forma acessível”.

Quanto ao futuro, avó e neta concordam que caminhamos para um mundo mais livre, mas enquanto Tâmara fala de essa ser a sua “esperança” íntima, Carminda relembra um passado em que “as pessoas não tinham tanta consciência das coisas como a que existe agora”.



LIBERDADE É COMUNICAÇÃO, MAS NÃO É UMA GARANTIA ABSOLUTA

Luís Carvalho, de 63 anos, é o pai de Joana Carvalho, de 33. Ambos de Chaves, ela é psicóloga e formadora, e ele é um professor de História que se define como um comunicador, conhecedor do passado. Ambos gostam de debater estes temas e escolhem “comunicação” como o conceito que melhor define a liberdade. Quando pensa em liberdade, Joana pensa sempre na “mudança de sentir” entre o “eu e o tu”, e por isso define-a como sendo “a condição de ter nascido, no impulso do ciclo da vida e da morte, a singular expressão do meu caminho”.

Já Luís, com uma ligação muito forte aos movimentos estudantis e associativos na década de pós-25 de abril, define liberdade com aquilo que viveu e sentiu na altura: “As célebres RGA (Reunião Geral de Alunos) foram verdadeiras escolas de liberdade onde, pela primeira vez, senti com grande emoção a liberdade de expressão, isto é, ter consciência de contribuir para a resolução da vida escolar. No ano seguinte, fui eleito representante dos estudantes. Essa experiência permitiu o conhecimento da vida democrática, duma instituição escolar. Assim experienciei o direito de liberdade de expressão, de associação e o direito de voto”. Joana garante que há mais liberdade do que há 50 anos. Ainda assim, ressalva que, “hoje, a ditadura de Estado não existe, mas erguem-se outras ditaduras de pensamento social e político. Luís é menos expansivo na resposta, referindo que “na atualidade o mundo tem muita mais liberdade, embora permaneçam alguns regimes totalitários”.

Quanto ao futuro Joana acredita que a liberdade “depende da revolução mental e da educação para se ser, num sentimento de fraternidade social”. Luís acredita que o futuro depende de cada um de nós e sobretudo da sociedade. “A história diz-nos que a liberdade não é uma garantia absoluta. Depende sempre da atitude da sociedade para com o uso da mesma”.

SER LIVRE E VOAR, NUM MUNDO COM OBSTÁCULOS

Ana Carvalho D'assenza tem 18 anos e quer ser escritora, ainda que ser historiadora também esteja no horizonte da jovem estudante. Residente em Viseu, tem uma ligação forte com o avô António Carvalho, de 72 anos. Definir liberdade foi o mote para dar largas à veia poética de ambos. Para António “é voar como os passarinhos”, dentro de um espírito positivo, onde a vontade de fazer “o que se quer” não pode ser sinónimo de “prejudicar terceiros”. Definindo-se como corajoso e resiliente, o avô desta história explica, ancorado na sua experiência vivida na guerra do Ultramar, que não pode haver “felicidade e alegria” sem “existir liberdade”. Ana chama Helen Keller à conversa, parafraseando-a: “Nunca se pode concordar em rastejar, quando se sente ímpeto de voar”, pois a liberdade é sobretudo “ser livre para voar”, sem ter medo que lhes “cortem as asas”. António considera que há hoje mais liberdade que há 50 anos, mas ressalva que ainda “não a que devia haver no século XXI, na década em que estamos”. “Ainda há muitas pessoas poderosas que, de um momento para o outro, tiram a liberdade a qualquer um”. Por isso, sem temor, avança: “Vê-se todos os dias na televisão. Muitos povos e muitas pessoas a serem oprimidos. Daí acreditar que ainda vai demorar algum tempo, até que todos sejam totalmente livres”. Ana acredita que os jovens têm mais “liberdade de expressão e de escolha” e menos receio das “questões políticas”, mas está totalmente de acordo com o “longo caminho” que se tem de percorrer, até se “chegar à liberdade pura, para todos”.

Quanto ao futuro, António é otimista. “Há esperanças que tudo corra pelo melhor (...) Há quem lute por uma sociedade livre e isso permite que haja esperança”, mas enquanto as pessoas “se pegarem por tudo, por religião, política e jogos”, a expectativa é que “nada mude”. Ana fala muitas vezes em “esperança”, aquele sentimento bonito que é “o último a morrer”. “Lutamos para que a liberdade total seja uma realidade no futuro, mas as pessoas com mais recursos e que têm poder para gerar mudança não o fazem, o que é um obstáculo imenso”. Mas aos 18 anos acredita que há tempo, e enquanto houver tempo, haverá sempre “esperança”.



“Todas as pessoas nascem livres e iguais.”



O palco onde se ensaia o futuro

A Amnistia Internacional Portugal integra um projeto de teatro na prisão, em Sintra, onde um grupo de reclusos prepara o regresso à liberdade através da arte.

© Susana C. Gaspar

“Aqui, não me sinto preso”. A frase é de um dos participantes do projeto “Espaço - Teatro na Prisão”, que, todas as quartas-feiras, abre uma janela para a liberdade que chegará depois da pena, no Estabelecimento Prisional de Sintra. Promovido pela Amnistia Internacional, em parceria com o Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural e a Escola Superior de Educação de Lisboa, a iniciativa tem como missão contribuir para uma “reinserção social mais eficaz dos reclusos”, explica Susana C. Gaspar que, juntamente com Patrícia Cairrão, dinamiza as sessões.

No projeto cabem técnicas e metodologias diversas, como a improvisação, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, exercícios básicos de desenvolvimento de expressão corporal, voz e até processos de valorização pessoal, que possam desenvolver a confiança dos reclusos em si próprios e nos outros. “Nós somos apenas mais dois elementos, estamos em pé de igualdade. Acreditamos em lideranças partilhadas, de natureza democrática, para que se estabeleçam laços de confiança e sentimentos de segurança entre todos. Constatámos

que a maioria do grupo não se conhece muito bem entre si porque estão em alas diferentes ou em anos diferentes da escola do estabelecimento prisional. Essa confiança que é alimentada gera frutos no desempenho, no interesse e na entrega. A cada sessão observamos evoluções”, assegura Patrícia Cairrão.

A partir daqui, há um sem número de possibilidades, no presente e, principalmente, no futuro. “Neste espaço de valorização pessoal e de dignidade humana, queremos que, quando saíam, mantenham uma chama ativa para outros sonhos. Porque em teatro falamos de sonhos e de futuro. Não quer dizer que, quando deixem a prisão, não exista o risco de reincidência criminal, mas acreditamos que, pelo menos, refletem sobre aquilo que viveram e que estão a vivenciar e os sinais são muito positivos”, complementa Susana C. Gaspar.

Em Portugal, existem alguns projetos semelhantes, que levam ópera, dança, escrita ou moda até às prisões. “Estas atividades estão a ser mais valorizadas, mas ainda há muito trabalho por desenvolver”, expõe a formadora, que



tem no Reino Unido a grande referência em termos de iniciativas e do impacto social produzido.

“Há algumas teses que evidenciam boas práticas. No Reino Unido, que está muito mais desenvolvido nesta área, existe um fundo para atividades desta natureza. Através do National Criminal Justice Arts Alliance foram produzidos relatórios com mensurabilidade, incluindo estatísticas de impacto social. Em alguns projetos, conseguiu-se comprovar que a prática de crimes desde após a participação dos reclusos em projetos artísticos”, sublinha Susana.

DA RESISTÊNCIA À AUTONOMIA

Atualmente, o projeto de Sintra integra dez pessoas, num universo de cerca de 700 reclusos. “Parece uma gota no oceano, porém, para o projeto acontecer, teríamos de trabalhar somente com reclusos que estão a frequentar a escola e que podem estar nas instalações que existem para esse efeito. Avançámos assim enquanto projeto-piloto”, comenta Susana C.

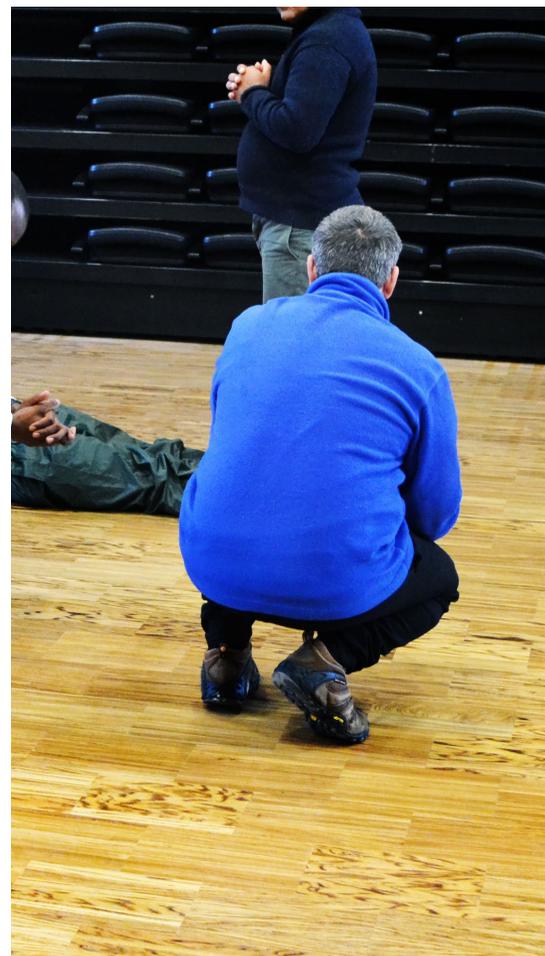
Gaspar, antes de recordar o longo processo de aprovação, que se estendeu desde a apresentação da ideia, em setembro de 2018, e o arranque das sessões, em outubro de 2019.

Cada entidade parceira tem uma função muito clara. A Amnistia Internacional Portugal oferece toda a experiência na área da educação para os direitos humanos, enquanto o Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural promove a formação artística e a Escola Superior de Educação de Lisboa enquadra a envolvência académica do projeto, que pode ser rentabilizada a nível de produção científica e sistematização de dados.

No final, está prevista uma avaliação, mas tanto Patrícia Cairrão como Susana C. Gaspar consideram que a verdadeira prova das mais-valias tem sido feita pelos próprios participantes. É que, a cada quarta-feira, refletem sobre o que aconteceu de mais e menos positivo, perspetivando e preparando as sessões que têm pela frente. Por tudo isto, na hora de sintetizar o trabalho, as formadoras escolhem palavras como “crescimento” ou “transcendência”.

“Está a ser uma experiência forte, recompensadora e muito excepcional”, nota Patrícia Cairrão. “Há uma descoberta pessoal deles e é muito gratificante para nós fazer parte desse processo”, completa Susana C. Gaspar. O resultado das sessões deve subir a cena este ano e na preparação do texto, há autênticos encenadores a liderar os trabalhos. “É um processo de criação coletiva, onde nós, no fundo, somos guias. A participação deles é profunda, é colaborativa. O texto final será produzido em coletivo”, indica Patrícia Cairrão.

“Também estamos a recolher informação para a peça, a partir de improvisos feitos durante as sessões, onde, por vezes, são abordadas situações e vivências reais relacionadas com o crime. Sentimos uma disponibilidade muito grande, uma criatividade muito grande, que resulta de um desprendimento maior. Houve uma grande evolução porque tinham dificuldade em expressar e ler emoções”, admite a também atriz, que tem colaborado com Susana C. Gaspar dentro e fora dos palcos, com especial enfoque na criação teatral.





ENTREVISTA

TANYA O'CARROLL

DIRETORA DA AMNESTY TECH

“Estamos perante a maior ameaça aos direitos humanos”

As tecnologias intrusivas, que movimentam milhões de euros, estão ao serviço de Estados que perseguem defensores de direitos humanos. Mas as chamadas Big Tech, cujos serviços utilizamos todos os dias, também contribuem para o crescente sentimento de insegurança, colocando em causa liberdades fundamentais. “Esta maquinaria de influência poder ser uma arma nas mãos erradas”, alerta a diretora da Amnesty Tech, Tanya O'Carroll.

A Amnesty Tech foi criada em que contexto?

Tudo começou com a Primavera Árabe, pois havia um grande entusiasmo com as tecnologias digitais e a sua ligação ao ativismo organizado. Na Praça Tahrir, no Egito, vimos pessoas com cartazes a dizer “Obrigado, Facebook”. Depois, viemos a perceber que os serviços de informação, através deste tipo de plataformas, conseguiam monitorizar as comunicações de todas as pessoas, em cooperação com as maiores empresas tecnológicas. Ou seja, estamos numa

nova era. O mundo digital não é um espaço longe de nós. Está no nosso bolso, nas nossas casas e nas câmaras de videovigilância espalhadas pelas nossas cidades, através de dispositivos inteligentes. A Amnesty Tech é a resposta a isto, tendo crescido de duas ou três pessoas para cerca de 20.

A equipa é composta por que tipo de profissionais?

A nossa luta exige especialistas em tecnologias. Estamos em todo o mundo, mas destaco o laboratório de tecnologia, em Berlim, com hackers. Contratámos muitos hackers, que são capazes de aplicar formas tecnológicas de defesa e investigação. Atualmente, metade da nossa equipa é composta por ativistas e a outra por peritos.

Que investigações têm sido realizadas?

Temos mapeado ataques contra ativistas, jornalistas e elementos da sociedade civil em plataformas digitais, um pouco por todo o mundo. No México, temos exemplos de milhares de ameaças de morte no Twitter, o que

reflete uma espécie de normalização do assédio e da intimidação feita a defensores de direitos humanos. Também denunciámos as práticas da empresa israelita de cibersegurança NSO Group, que desenvolveu um software, o Pegasus, usado para visar um membro da Amnistia Internacional e ativistas em Marrocos. Atualmente, há um processo em tribunal, em que apelamos ao Ministério da Defesa de Israel para cancelar a licença de exportação desta empresa. O nosso trabalho tem chegado a outros países, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Paquistão, Uzbequistão ou Índia.

Houve algum momento específico para o surgimento destas tecnologias?

É necessário enquadrar isto na questão da segurança nacional, pós-11 de setembro. Primeiro, houve um ataque feroz aos suspeitos de terrorismo, com muitos abusos de direitos humanos. Nesta segunda década do século, o enfoque está no mundo digital, mas a vigilância abriu-se a todos. Hoje, somos todos um alvo. Paralelamente, desenvolveu-se um mercado, que se explica com empresas como o NSO



Group. Cada governo tem a possibilidade de comprar estes softwares, da mesma forma que pode comprar armas. Os serviços estão a ser vendidos como tecnologias de interceção, legais, num contexto onde falta regulação. Na prática, podem ser vendidos a regimes que perseguem defensores de direitos humanos ou jornalistas. O que a Amnistia Internacional pede é uma moratória na venda, até existir um efetivo controlo e ser analisado o potencial impacto em termos de direitos humanos.

Quais são os países que recorrem mais a estas tecnologias?

Diria que é uma tendência global. Todos os governos podem ter acesso a este tipo de tecnologia. Obviamente, há predominância em países com maior poder compra ou maior capacidade tecnológica, tendo proliferado na região do Médio Oriente e Norte de África, em particular no Golfo. A China tem de ser abordada de forma individual porque criou um “monstro”, ao desenvolver todo um programa. É o verdadeiro Estado distópico que, depois, exporta tecnologias, particularmente, para países africanos.

Uma das investigações da Amnesty Tech centrou-se nas Big Tech. Porquê?

Serviços de empresas como o Facebook e Google têm, hoje, um monopólio do poder, controlando dois mil milhões

de pessoas no planeta. Vivemos num mundo com maior vigilância com base no modelo destas empresas. A nossa investigação é clara: o desenvolvimento das tecnologias não exigia o desenvolvimento da vigilância. Não seria esse o preço a pagar. Infelizmente, o interesse destas empresas passa por fazer muito dinheiro, algo visível nos últimos dez anos. Antes, eram as empresas de petróleo a gerar fortunas. Agora, são estas empresas tecnológicas. Isso mostra o valor dos nossos dados pessoais.

Podemos esperar mais relatórios deste tipo?

Sim, porque estamos perante a maior ameaça aos direitos humanos. Empresas como o NSO Group são uma ameaça, mas as tecnológicas têm desenvolvido o seu modelo de negócio com base na vigilância de todos os aspetos da nossa vida. Na maior parte dos casos, não sabemos que dados recolhem sobre nós, que perfis conseguem criar, para compreender e prever os nossos comportamentos, os nossos interesses, o que queremos comprar, em quem podemos votar nas próximas eleições. Esta maquinaria de influência poder ser uma arma nas mãos erradas.

As pessoas conhecem os riscos?

As pessoas preocupam-se com os

seus dados pessoais. De acordo com os nossos estudos, 70 por cento quer que exista regulação efetiva das grandes empresas tecnológicas. Há o mito de que esta é a única Internet a que podem aceder para tirar fotos e partilhá-las com os amigos, estar em contacto com família, entre outras coisas. A Internet permitiu que se comunicasse sem fronteiras e com liberdade de expressão. Isso é importante. Mas acabámos por aceitar ter vigilância intrusiva na nossa vida. Há muita gente que acredita que essa é a única forma de poder aceder a esses serviços. Isso é falso. É apenas uma decisão das empresas, que pode ser alterada. É tempo de pedir mudanças.

Habitúamo-nos a temer drones, enquanto armas tecnológicas, e nada mais.

Porque têm o poder de matar. Isso capta a nossa atenção. Mas, além do que falámos, há outros perigos, por exemplo, associados a algoritmos. O reconhecimento facial vai estar, cada vez mais, nas nossas vidas. Nas fronteiras, a tecnologia vai decidir quem deve responder a mais perguntas para entrar em determinado país, tendo por base, a origem étnica, o tipo de rosto ou determinadas expressões faciais. Há empresas que criam algoritmos que tomam decisões muito importantes das nossas vidas, sobre saúde, serviços de policiamento, imigração. Não sabemos nada sobre isso. Não temos conhecimento de como os algoritmos são decididos e como vão ser usados.

Os perigos das novas tecnologias exigem uma maior presença de ativistas digitais?

Precisamos de resistência máxima, de uma rebelião dos utilizadores. Precisamos de dizer “não queremos mais isto, queremos ação dos nossos governos”. Temos de fazer ouvir as nossas vozes. Não queremos viver em estado permanente de vigilância. Isso abre caminho para uma nova era de ativismo, mais criativo e inteligente. Estamos a fazer isso na Amnesty Tech.



A História de Taner e Idil, os rostos dos direitos humanos na Turquia

Taner Kiliç e Idil Eser, assim como os restantes Defensores de Direitos Humanos conhecidos pelos “Dez de Istambul” vão saber, nesta primeira semana de abril, a sentença final de um longo processo que atentou contra as suas liberdades pessoais. Nestas páginas vamos recapitular os principais passos desde o dia 6 de junho de 2017, o primeiro dia do resto das suas vida.

6 de junho de 2017 - Taner Kiliç, o responsável máximo da Amnistia Internacional Turquia foi detido com mais 22 advogados na cidade de Izmir, sob a acusação de suspeitas de ligação ao movimento de Fethullah Gülen, na Turquia. Na altura, o secretário-geral da Amnistia Internacional, Salil Shetty, foi perentório: “na ausência de provas credíveis que certifiquem o seu envolvimento em crimes reconhecidos internacionalmente, pedimos às autoridades turcas que libertem Taner Kiliç, assim como os restantes detidos, imediatamente”.

9 de junho de 2017 – Taner é acusado de pertencer a uma organização terrorista, a Fethullah Gülen, na sequência de uma devastadora “perseguição” encetada pelas autoridades turcas “após a tentativa frustrada de golpe de Estado em julho de 2016”. Salil Shetty reflete, em poucas palavras, sob a acusação: “Taner Kiliç não é apoiante nem seguidor do movimento Fethullah Gülen tendo, de facto, criticado a organização. A única prova apresentada contra ele é a suposta

presença no seu telefone, de uma plataforma de comunicação segura, a Bylock, que não seria, mesmo que fosse verdade, evidência de um ato criminoso”, assumiu.

De 27 de junho a 1 de Agosto de 2017 - Reuniões entre o Diretor Executivo da Amnistia Internacional – Portugal, Pedro Neto, e da Coordenadora de Investigação e Advocacia, Catarina Prata, com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e com o Grupo Parlamentar do PCP, PSD, CDS e Bloco de Esquerda. A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de condenação e preocupação face à detenção destes DDH.



6 de julho de 2017 – A diretora executiva da Amnistia Internacional Turquia, Idil Eser, foi detida durante uma formação sobre segurança digital, em conjunto com outros 9 defensores de direitos humanos (DDH) na Turquia, sob a acusação de pertencer a uma “organização terrorista”. Ficaram conhecidos como os 10 de Istambul.

8 de julho de 2017 – Os ativistas detidos podem ser condenados até dezasseis anos de prisão. Nesse dia, John Dalhuisen, diretor da Amnistia Internacional para a Europa, não teve meias medidas na escolha das palavras: “É uma acusação ultrajante, sem qualquer tipo de prova, repetindo alegações absurdas contra alguns dos mais importantes defensores de direitos humanos na Turquia”.

12 de julho de 2017 – Cem dias detidos. “Há cem dias que os nossos companheiros estão encarcerados por defenderem os direitos humanos. Cada dia que passa expõe o vasto alcance da repressão pós-golpe [de Estado, na Turquia, em julho de 2016] e as enormes falhas no sistema de justiça turco”, avalia John Dalhuisen.

25 de outubro de 2017 – Início do julgamento dos 10 de Istambul, numa sessão que no seu final decretou que passariam a assistir ao julgamento em liberdade. Para John Dalhuisen a decisão foi clara. “Sem nenhuma substância nem fundamento, as autoridades turcas tentaram e falharam na construção de um caso contra Idil Eser, contra Taner Kiliç e contra os outros nove ativistas de direitos humanos”.

26 de outubro de 2017 - Início do julgamento de Taner Kiliç, que no final viu o tribunal a ratificar a sua não libertação. “Nestas últimas 24 horas vimos a funcionar as mãos gémeas do inconstante sistema de justiça da Turquia: enquanto uma concede a liberdade, a outra, confrontada com acusações não menos infundadas,

tira-a”, criticou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Salil Shetty.

22 de novembro de 2017 - Mais de 70 renomadas personalidades mundiais da cultura e da política juntaram-se, em carta aberta, para exigir que as autoridades turcas anulem as falsas acusações de terrorismo contra 11 defensores de direitos humanos, incluindo a diretora-executiva e o presidente da Direção da Amnistia Internacional naquele país, Idil Eser e Taner Kiliç respetivamente. No mesmo dia O tribunal de Istambul voltou a manter Taner na prisão.

29 de novembro de 2017 – O caso destes 11 DDH fez parte da Maratona de Cartas.

30 de janeiro de 2018 – Mais de um milhão de pessoas exige a libertação de Taner Kiliç.

31 de julho de 2018 - 8 meses depois, Taner Kiliç foi libertado

1 de agosto de 2018 - Um dia depois Taner Kiliç foi detido novamente, devido a um recurso colocado pelo procurador para um segundo tribunal, também em Istambul. “Nestas últimas 24 horas fomos testemunhas de uma vergonha de justiça de proporções espetaculares... É devastador para Taner, para a sua família e para todos os que defendem a justiça na Turquia”, criticou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Salil Shetty.

9 de fevereiro de 2018 - Amnistia Portugal pede mais segurança para os DDH na Turquia: “É fundamental que todos os defensores de direitos humanos possam trabalhar sem ter medo do que lhes vai acontecer no dia seguinte”, assumiu Pedro Neto, diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal.

5 de Abril de 2018 – Ações realizadas um pouco por todo o mundo, marcam os 300 dias de Taner atrás das grades. Em Portugal, realizou-se uma ação de rua.

22 de junho de 2018 – Um ano depois e continuam a não ser apresentadas

provas contra Taner: “O fracasso em comprovar a acusação contra Taner não é um choque. O que é realmente chocante é que demorou mais de um ano para que o relatório policial fosse apresentado e, durante esse período, Taner ficou atrás das grades”, recordou Salil Shetty, ao tempo Secretário-geral da Amnistia Internacional.

15 de agosto de 2019 – Taner foi finalmente libertado e aguardará julgamento em liberdade. “Estamos extremamente felizes com esta notícia. Foi preciso mais de um ano de campanha e luta incansáveis para chegarmos aqui, mas Taner está finalmente em liberdade e em segurança de volta aos braços da mulher e das filhas”, congratulou-se o na altura recém-empossado secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo”.

26 de novembro de 2019 – Julgamento continua e procurador pede penas até 15 anos de prisão para os 11 DDH sem nunca ter apresentado qualquer tipo de provas: “Na mais recente audiência, em novembro de 2019, o procurador apresentou a sua opinião final, requerendo condenações contra Taner Kiliç por “pertença a organização terrorista”, e contra Idil Eser, Özlem Dalkıran, Günel Kurşun, Veli Acu e Nejat Taştan por “auxílio voluntário e consciente a organização terrorista”. Ele solicitou ao tribunal que absolva Nalan Erkem, İlknur Üstün, Şeyhmus Özbekli, Ali Gharavi e Peter Steudtner.

19 de fevereiro de 2020 – Tudo apontava para que tudo se tivesse resolvido neste dia, mas tal não foi possível por não terem sido ouvidos todos os testemunhos. A decisão passou para 3 de abril e para a Amnistia a verdade é só uma: “uma verdade fundamental está muito além de qualquer dúvida. Eles não fizeram nada de errado”.



© David Levenson/Getty Images



EUA

RETIRAR TODAS AS ACUSAÇÕES CONTRA JULIAN ASSANGE

A lei e os padrões internacionais de direitos humanos proíbem a transferência de uma pessoa para outro país onde exista um risco real de enfrentar sérias violações de direitos humanos.

Como tal, a Amnistia Internacional opõe-se fortemente a qualquer possibilidade de Julian Assange ser extraditado – ou enviado de alguma outra maneira – para os Estados Unidos da América (EUA). Aí, enfrenta um risco real de sofrer graves violações de direitos humanos, incluindo possíveis condições de detenção que equivaleriam a tortura e outros maus-tratos (tais como regime de isolamento prolongado).

Julian Assange encontra-se atualmente detido em Belmarsh, uma prisão de alta segurança no Reino Unido, com base num pedido de extradição dos EUA por acusações que derivam diretamente da publicação de documentos como parte do seu trabalho com a Wikileaks.

VAMOS APELAR

A que sejam retiradas todas as acusações de espionagem, entre outras, contra Assange, terminando dessa forma com o pedido de extradição.

© Sajjad Hussain/Getty Images



ÍNDIA

DEFENDER O DIREITO À MANIFESTAÇÃO PACÍFICA E À IGUALDADE RELIGIOSA

Em dezembro de 2019, a Índia aprovou uma nova Lei da Cidadania que discrimina com base na religião. Milhares de pessoas saíram para a rua em protesto e foram sujeitas à brutalidade policial, à detenção arbitrária sob leis repressivas ou coloniais e a maus-tratos na detenção. Na sequência da “repressão brutal” por parte do governo indiano, mais de mil pessoas foram presas, outras cinco mil detidas e registaram-se pelo menos trinta mortes.

Na Índia, os cidadãos continuam a enfrentar ameaças aos seus direitos humanos, à sua liberdade de expressão e à possibilidade de se reunirem e manifestarem pacificamente. As autoridades continuam ancoradas em legislação que proíbe a reunião de mais de 4 pessoas e, inclusivamente, estão autorizadas a desligar o serviço de internet.

VAMOS APELAR

Ao primeiro-ministro Narendra Modi que condene todo o tipo de violência utilizada sobre todos os manifestantes pacíficos, que retire todas as acusações contra eles, e que trate com respeito e dignidade todos aqueles que ainda se encontram presos e detidos.



EQUADOR

INVESTIGAÇÃO EXAUSTIVA AS AMEAÇAS DE MORTE A DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

A Amnistia Internacional registou, no Equador, uma série de ataques e ameaças contra defensoras de direitos humanos e membros da organização “Mulheres da Amazônia”.

Um ano após a publicação do relatório “Eles não nos vão parar – They Will Not Stop Us”, que expôs as falhas na resposta da Procuradoria-Geral da República a uma série de ataques e ameaças de morte contra Patricia Gualinga, Nema Grefa, Salomé Aranda e Margoth Escobar, todos membros da “Mulheres da Amazônia”, a investigação da Amnistia Internacional conclui que não foram feitos progressos significativos na justiça.

VAMOS APELAR

Ao Procurador-Geral que cesse imediatamente a investigação aos ataques e ameaças contra Patricia Gualinga, Nema Grefa, Salome Aranda e Margoth Escobar, de forma exaustiva, independente e imparcial.



BANGLADESH

LIBERTAÇÃO IMEDIATA DO CANTOR DO BANGLADESH SHARIAT BOYATI

O cantor de folk do Bangladesh Shariat Boyati foi preso no passado dia 11 de janeiro, sob a acusação de “ferir sentimentos religiosos”, prevista na draconiana Lei de Segurança Digital e após o artista ter afirmado que a “música não é proibida no Alcorão”. Shariat Boyati enfrenta agora uma pena de prisão que pode chegar aos cinco anos.

Os acontecimentos que espoletaram a prisão do cantor tiveram início a 24 de dezembro de 2019, data em que um grupo de eruditos islâmicos radicais se reuniu numa comunidade em Dhaka. Para Shariat Boyati, tinham “fabricado e deturpado a imagem da religião”, tendo usado palavras fortes para criticá-los.

Por causa dessas declarações, publicadas no YouTube, Shariat Boyati foi preso sob “vagas acusações” de “ferir sentimentos religiosos. Para o advogado do artista, a situação é evidente: “A posição de Shariat contra um determinada grupo não pode ser considerada como um ataque contra toda a comunidade muçulmana”.

VAMOS APELAR

Ao ministro Khan que liberte imediata e incondicionalmente Shariat Boyati e retire todas as acusações contra ele e todas as pessoas acusadas, por exercerem pacificamente o direito à liberdade de expressão.

Almas

“Este ensaio fotográfico tenta (...) focar pessoas para registrar almas que se cumprem através do amor integral, que aparenta nada ter em troca, mas que em troca recebe tudo. São histórias de vida, claro, mas histórias em que a total necessidade de uns obriga à total entrega de outros, que largam os empregos, largam as vidas que tinham lá fora. Porque, para quem cuida, não há outro sentido a dar à vida, a isso se comprometeu por laços de sangue e de espiritualidade. Mesmo que sem meios, sem tempo, sem dinheiro, sem o amparo necessário nas horas de maior aflição”.

Leonel de Castro é um fotojornalista ligado ao Jornal de Notícias até criação da Agência Global Imagens (Notícias Magazine, Volta ao Mundo, Evasões, Diário de Notícias e O Jogo), tendo já ganho vários prêmios e distinções ao longo de sua carreira, entre elas o Grande prêmio Estação Imagem 2019 e a Fotografia do Ano 2019.

É dele esta reportagem Almas, que retrata o dia a dia de diversos cuidadores informais. A sua luta. As suas angústias. O abdicar das vidas e, muitas vezes, da própria liberdade em detrimento de outrem. Sejam pais, parceiros ou filhos. Grande parte deles em troca de muito pouco. De quase nada.





Gabriela Santos, de 50 anos, mãe de Matilde, de 11, que tem Síndrome de DiGeorge. Mensalmente, gasta 500 Euros em fisioterapia, alimentação, medicação e produtos de higiene.



Carlos Pereira, de 44 anos, trabalhou na construção civil até a paralisia cerebral de Sérgio, de (20 anos), o mandar para casa. A esposa, Patrícia, trabalha numa mercearia.

Mara Ferreira, de 36 anos, e Nélon, de 47, cuidam de Filipe, de 13 anos, que sofre de Síndrome de Norrié. Multiplicam-se para pagar as despesas, entre 1500 a 2000 euros por mês em tratamentos de fisioterapia, terapia da fala e ocupacional.



Job Soares, de 67 anos, bancário, deixou de trabalhar depois de ser diagnosticado Alzheimer à esposa, Amélia Soares, de 65.



OUTROS OLHARES

Márcia tem dois filhos autistas, Ângelo, de quatro anos, e Diego, de seis, que precisam de uma educadora de ensino especial e sessões de terapia da fala e ocupacional.



Carla Nazário, de 49 anos, viúva, e Alexandre, de 19, que sofre de atrofia muscular e espinhal grau 2. Vivem com duas pensões no valor de 450 euros mensais.



Armando, de 67, viúvo, padecia de cancro e tinha à sua guarda o filho Rui Pedro, de 8, que também sofre de cancro, agora estagnado.



Rute, viúva, mãe das gémeas Rita e Rute Freitas, de 20 anos, que sofrem de paralisia cerebral desde a nascença. Rute tem alguma autonomia, mas Rita é dependente.

Tiago, de 40 anos, Manuel Miranda, de 78, professor reformado, e Maria Prazeres Ferreira, 76, professora reformada. Tiago nasceu prematuro e com Síndrome de Smith Lemly Opitz.





OUTROS OLHARES

Elsa Brilhante, de 37 anos, mãe de João, de oito, deixou de trabalhar depois do nascimento do filho com uma malformação do cérebro. Os tratamentos e fisioterapia custam 800 euros por mês e o marido ganha o salário mínimo.

Maria Irene, de 69, reformada. Zé Fernando, de 50, divorciado com quatro filhos. Um acidente de trabalho, na Alemanha, ceifou-lhe a perna direita e deixou-lhe a esquerda maltratada.



O vírus do esquecimento

No momento em que escrevo este texto, estou fechada em casa com duas crianças, para evitarmos pertencer às estatísticas da COVID-19. Estamos como milhões de crianças e pais por essa Europa fora. A mesma que abre e fecha portas, conforme se vai lembrando ou esquecendo.

Estamos privados, voluntaria e preventivamente (até quando?), da nossa liberdade. Aquela que nos permite ir ao cinema, ao parque dos baloiços, à escola e ao trabalho quando queremos ou precisamos. Lá fora, o parque de estacionamento está lotado em pleno dia útil, num lugar-dormitório para os movimentos pendulares até à capital.

Dentro de cada casa há um combate a acontecer. Dizem-nos que, lá fora, travamos uma guerra contra um inimigo silencioso. Nós, os soldados sozinhos em casa, usamos a melhor estratégia: não sair.

Volto a olhar pela janela. A rua está mais silenciosa, mas todos os carros continuam alinhados, polidos, as fachadas dos prédios mais ou menos imaculadas, as varandas com gente a assomar ou a desaparecer por entre os cortinados. A vida a acontecer de uma forma um pouco estranha, mas a vida a acontecer, sem assobios de bombas a rasgar os céus antes de uma explosão. Estranha guerra ou estranhos de nós a chamar guerra a esta coisa tão estranha que é um vírus com coroa.

E à noite, quando chegam as dez, as fileiras caseiras dispõem palmas e cânticos à janela. As tropas organizam-se livremente durante o dia nas redes sociais.



RYTA COLAÇO

Coordenadora da Grande Reportagem da Antena 1

“Provavelmente, Aylan também estaria “preso” em casa, a assistir a uma guerra estranha, sem assobios de bombas a rasgar o céu antes da explosão. Ainda não nos falta nada. Que nunca nada nos falte agora que nos sobra tanto tempo. Estamos mais livres para nos faltarmos menos uns aos outros.”

De vez em quando, somos assim em nome de um bem maior, contra um mal maior.

Nunca esqueci Aylan. Teria a mesma idade do meu filho mais velho que hoje se sente “preso” em casa.

Quando Aylan Kurdi chegou à praia turca de Ali Hoca, vindo da Síria, chegou sem a vida que haveria de ter uma criança aos três anos. T-shirt vermelha, calções azuis de algodão

e sapatilhas pretas, ou azuis escuras. As águas desta tragédia escurecem os tons.

Nas 12 horas seguintes à primeira publicação do instante da fotógrafa turca Nilüfer Demir, em setembro de 2015, nesse apenas meio-dia, 20 milhões de pessoas viram a foto do pequeno Aylan Kurdi. A guerra na Síria ia acabar! Era agora que a guerra ia acabar! E o drama de Aylan era o despertador que faltava para resolver a crise dos refugiados. O corpo do menino sírio, estendido à beira-mar, com um dos lados da face enterrado na areia. Era a guerra e Aylan a sentarem-se mesmo ao nosso lado, no nosso sofá. O mesmo onde agora estamos a combater um vírus. O mesmo onde nos fomos sentando para esquecer Aylan.

Um ano após a morte de Aylan, mais 423 meninos tinham morrido afogados a tentar chegar à Europa. E agora que a Síria entra no décimo ano de conflito, sabe-se que mais de metade das crianças sírias, cerca de quatro milhões, nunca conheceram outro cenário que não a guerra.

Aylan teria agora a idade do meu filho mais velho. Oito anos.

Se tivesse chegado à Europa pela porta da frente, provavelmente, Aylan também estaria “preso” em casa, a assistir a uma guerra estranha, sem assobios de bombas a rasgar o céu antes da explosão.

Ainda não nos falta nada. Que nunca nada nos falte agora que nos sobra tanto tempo. Estamos mais livres para nos faltarmos menos uns aos outros.

Nós com os outros

Viver em liberdade é exigente. Temos de fazer escolhas, tomar decisões, discernir caminhos, perceber os direitos das outras pessoas e os nossos, sem confundir ou instrumentalizar os direitos humanos – que são de toda a humanidade – em favor desta ou daquela ideologia, desta ou daquela ideia, desta ou daquela religião, desta ou daquela noção de justiça.

Em tempo de muito ruído, de intolerância, de discurso de ódio e de confusão de conceitos, como é o tempo contemporâneo, viver em liberdade é ainda mais exigente, especialmente quando falamos em liberdade de expressão. Não podem haver confusões quanto ao que é e significa. A liberdade de expressão é sobre ideias. Não cabe dentro dela a liberdade do insulto, também não cabe a liberdade da mentira, da difamação, do ódio, da discriminação. Não vale tudo.

A sociedade tem-se polarizado de dia para dia, tanto a nível internacional como nacional. A histeria dos extremos tem sido constante e, com oportunismo, mendiga atenção para alcançar poder. Vociferando frases feitas, ofensas e generalizações, criando terra boa para que as clivagens, a diabolização e o ambiente de conflito e separação se aprofundem. É esse o seu plano: semear a discórdia e dividir para reinar na confusão, no conflito, no medo.

É fácil cairmos nessas teias e deixarmo-nos levar pelo discurso da crítica destrutiva. Discurso tóxico é sempre discurso de ódio. Mas, quando



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“O lugar da coexistência em paz é outro: os direitos humanos. Fazamos, por isso, com que sejam entendidos como partilha de ideal para todas as pessoas e conseguimos torná-los reais. Que eles sejam paradigma, alicerce e base comum a todas as pessoas.”

concordamos com os argumentos do discurso, tendemos a não conseguir discernir a sua toxicidade. É aí que o abismo se aprofunda. Uns contra os outros. Se concordarmos, já não é ódio, porque o consideramos verdade. Conseguem acompanhar o perigo? Precisamos de estar atentos se verdadeiramente quisermos defender direitos humanos.

Se, na nossa sociedade, seguirmos uma onda de ruído e gritaria, não

haverá espaço para o discernimento e bom senso. O mesmo acontece se continuarmos a relativizar o que sai fora do âmbito da liberdade de expressão e que se grita nos extremos, ou seja, se continuarmos a banalizar o discurso de ódio contra negros, contra ciganos, contra mulheres, contra brancos, contra migrantes, contra refugiados, contra polícias, contra pessoas lgbti+, contra pessoas com fé e que professam esta ou aquela religião, contra reclusos, contra novos, contra velhos, contra. Se continuarmos a gritar “vingança” em vez de “justiça”, o mundo caminhará para um espaço muito perigoso.

Quando abdicamos de pensar, deixamo-nos levar mais facilmente pela intolerância. Por tudo isto, precisamos da voz de quem pondera e reflete. Não precisamos de mais vozes nos extremos ou que sejam o eco papagueante desses extremos. Precisamos de quem consegue construir pontes.

A História já nos contou onde podemos parar com esta divisão. A liberdade é incompatível com a anarquia ou com a ditadura – dois extremos sem diálogo. O lugar da coexistência em paz é outro: os direitos humanos. Fazamos, por isso, com que sejam entendidos como partilha de ideal para todas as pessoas e consigamos torná-los reais. Que eles sejam paradigma, alicerce e base comum a todas as pessoas. Esse é o ideal programático que permitirá que na sociedade deixemos de ser “nós contra os outros” e passemos a ser “nós com os outros”.



À LUPA

© Simon Dawson/Bloomberg/Getty Images

Reformas para o Ocidente ver

A Arábia Saudita anunciou a criação de uma liga de futebol feminino, numa nova tentativa de mudar a imagem internacional do país. Mas a discriminação de género ou a prisão de defensores dos direitos das mulheres continua a ser uma realidade.

O futebol parece ser um dos veículos que o regime da Arábia Saudita escolheu para lavar a imagem fora de portas. Competições mediáticas com as principais estrelas da modalidade, como a supertaça de Itália e Espanha, já se realizam no país e as mulheres podem assistir às partidas. No início deste ano, foi dado o pontapé de saída para a primeira competição feminina, a Women's Football League.

As cidades de Riade, Gidá e Damã vão acolher os jogos do novo campeonato, cujos comités de organização serão compostos apenas por mulheres, responsáveis por procedimentos administrativos, questões médicas e de arbitragem. Primeiro, serão definidos campeões regionais. Os vencedores entram, depois, numa fase eliminatória para definir o título nacional.

“O lançamento de uma liga de futebol feminino na Arábia Saudita é, sem dúvida, um passo bem-vindo para os cidadãos sauditas. Mas, como noutras reformas relacionadas com as mulheres, também reflete uma situação aterradora”, alerta a diretora

de investigação da Amnistia Internacional no Médio Oriente, Lynn Maalouf.

A desigualdade de género persiste no país e quem lutou durante décadas pelos direitos das mulheres continua nas prisões. “Se o príncipe herdeiro Mohammad bin Salman fosse genuíno sobre os direitos das mulheres, libertaria, imediata e incondicionalmente, todos aqueles que ainda estão detidos pelo trabalho pacífico em direitos humanos”, sublinha Lynn Maalouf.

Outros eventos desportivos foram acolhidos pela Arábia Saudita, nomeadamente a edição 2020 do Dakar, corridas de Formula E, combates de boxe entre os mediáticos Anthony Joshua e Andy Ruiz Jr ou exibições de luta livre com a chancela da WWE. Mas o esforço de relações públicas do país, com maior ênfase após a morte do jornalista Jamal Khashoggi, não fica por aqui. Há também festivais de música a acontecer e muitos eventos com a presença de estrelas do entretenimento, modelos ou influencers. Tudo faz parte da estratégia Saudi Vision 2030, apostada em levar o reino além de

UM TRIBUNAL À MEDIDA

A perseguição aos opositores também não parece abrandar, tendo a Amnistia Internacional documentado o impacto de processos judiciais contra defensores dos direitos humanos, escritores, economistas, jornalistas, membros do clero, reformistas e ativistas políticos, incluindo da minoria xiita. As acusações são feitas à luz de leis contraterrorismo e de cibercrime, acabando com julgamentos injustos e condenações pesadas, como a pena de morte.

Os processos têm sido encaminhados para o Tribunal Penal Especializado, utilizado para “criar uma falsa ideia de legalidade”. “Todas as etapas do processo judicial estão contaminadas por violações de direitos humanos, desde o impedimento de acesso a um advogado, até à detenção incomunicável e às condenações baseadas em confissões com recurso a tortura”, aponta a diretora para o Médio Oriente e Norte de África da Amnistia Internacional, Heba Morayef.

O Tribunal Penal Especializado foi criado em outubro de 2008 e, desde 2011, tem sido utilizado, de forma sistemática, para condenar pessoas envolvidas em atividades políticas pacíficas. Como? A lei saudita de contraterrorismo tem definições excessivamente amplas e vagas. Além disso, integra disposições que criminalizam a expressão pacífica de pontos de vista.

Um relatório da Amnistia Internacional, divulgado em fevereiro, documenta 95 casos, a maioria de homens, que foram julgados, condenados ou cujo processo permanece no Tribunal Penal Especializado, desde 2011 até 2019. Atualmente, 52 pessoas cumprem longas penas de prisão que variam entre cinco a 30 anos.

Vários muçulmanos xiitas da Arábia Saudita, incluindo jovens julgados por “crimes” alegadamente cometidos quando

tinham menos de 18 anos de idade, correm o risco iminente de execução, após julgamentos injustos. Pelo menos 28 sauditas pertencentes a essa minoria foram executados desde 2016, por ordem do Tribunal Penal Especializado, tendo por base “confissões” contaminadas por tortura.

Entre as acusações mais comuns que acusados enfrentaram estavam “desobediência ao governante”, “colocar em causa a integridade dos funcionários e do sistema judicial”, “incitamento à desordem através de manifestações” e “criação de organizações sem licença” – posições ou atividades protegidas pelo direito à liberdade de expressão, reunião e associação.

ARMAS RUMO AO IÉMEN

A coligação militar liderada pela Arábia Saudita no conflito do Iémen, que junta ainda os Emirados Árabes Unidos, matou e feriu milhares de civis. Há registo de ataques que violaram o direito internacional humanitário, sendo que alguns são prováveis crimes de guerra.

Para alimentar o esforço de guerra, o regime saudita tem importado armas através do Bahri Yanbu. O cargueiro já transportou cerca de 360 milhões de dólares norte-americanos em equipamento militar e de uso duplo, em dez viagens entre os EUA e a Arábia Saudita.

Os dados a que a Amnistia Internacional teve acesso mostram ainda que, durante uma viagem que fez à Europa, em maio de 2019, o Bahri Yanbu levou material de países como a Bélgica e Espanha. Peças de artilharia deveriam ter sido embarcadas em França, não fosse um grupo de ONG a tomar medidas legais. A Amnistia Internacional também recebeu informações credíveis de que o navio tinha a bordo veículos blindados do Canadá.



O QUE PEDIMOS



Libertação, imediata e incondicional, de todos os prisioneiros de consciência



Investigações independentes sobre as alegações de tortura ou outros maus-tratos



Reformas no Tribunal Penal Especializado para garantir julgamentos justos



Suspensão da transferência de armas para a Arábia Saudita



© Amnistia International

O drama dos uigures

Nem longe de casa estão seguro

Xinjiang é uma das regiões com maior diversidade étnica na China. Desde março de 2017 estima-se que um milhão ou mais de pessoas - uigures, cazaques e outros grupos étnicos predominantemente muçulmanos - tenham sido mantidas nos chamados centros de “transformação através da educação” ou “formação vocacional”, onde sofreram uma série de violações de direitos humanos, desde internamentos massivos, vigilância intrusiva, doutrinação política e assimilação cultural forçada.

A solução, para muitos, foi abandonar Xinjiang, em busca da liberdade religiosa, de paz e de um futuro melhor. Mas essa decisão não tem sido fácil nem facilitada pelas autoridades chinesas que, ao longo dos anos, têm feito de tudo para que regressem, utilizando “argumentos” como a não renovação dos passaportes ou exercendo pressão sobre familiares

e também sobre os governos onde atualmente residem.

“Os relatos arrepiantes de uigures que vivem no exterior são a prova de como a repressão contra os muçulmanos da China se estende muito além das suas fronteiras”, avisa Patrick Poon, investigador para a China da Amnistia Internacional.

“Mesmo quando os uigures e membros de outras minorias fogem da perseguição em Xinjiang, a segurança não está garantida. O governo chinês encontra maneiras de alcançá-los, intimidá-los e, finalmente, tentar trazê-los de volta para um destino sombrio – inclusivamente, através de pressão sobre outros governos”.



400 ENTREVISTAS REALIZADAS

A Amnistia Internacional reuniu informações de aproximadamente 400 uigures, cazaques, uzbeques e membros de outros grupos étnicos predominantemente muçulmanos, que vivem em 22 países e cinco continentes, entre setembro de 2018 e setembro de 2019. Os relatos revelam o sentimento diário de perseguição e medo.

Vários entrevistados afirmaram que as autoridades de Xinjiang visam os seus familiares que vivem na região autônoma chinesa, com o objetivo de restringir as atividades das comunidades uigures radicadas no estrangeiro. Outros garantiram que são alvo de controlo e intimidação através de mensagens e plataformas de comunicação.

Os depoimentos ilustram ainda a abrangência global desta campanha. Por todo o mundo, as embaixadas e os consulados chineses estão encarregues de reunir informações sobre as pessoas originárias de Xinjiang que residem no exterior.

RELATÓRIO DO GOVERNO CHINÊS CONFIRMA

Em fevereiro, um documento do governo chinês com 137 páginas foi divulgado por vários meios de comunicação internacionais. Nele era possível ver detalhes pessoais de cidadãos que vivem em Xinjiang, incluindo hábitos religiosos e relações sociais. A informação seria usada para determinar se deveriam ser encaminhados para os centros de “reeducação” – algo que a Amnistia Internacional tem documentado ao longo dos últimos anos.

“Apesar de a China negar continuamente a existência de campos de internamento, há um crescente número de provas de que qualquer pessoa deportada para

Xinjiang corre um risco real de ser enviada para aí e, portanto, sujeita a graves violações dos direitos humanos”, nota Patrick Poon. “É vital que todos os governos que acolhem a diáspora de Xinjiang, por todo o mundo, tomem medidas para proteger essas pessoas da intimidação feita pelas embaixadas e pelos agentes chineses, e evitem o seu retorno forçado à China”, conclui.

Entre um e 1,6 milhões de uigures vivem no exterior, de acordo com o Congresso Mundial dos Uigures. As comunidades mais significativas podem ser encontradas no Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão. Outras, mais reduzidas, vivem em países como Afeganistão, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, Noruega, Países Baixos, Rússia, Suécia e Turquia.

TESTEMUNHOS DE UIGURES

Já no ano passado, a Amnistia Internacional tinha, através de Patrick Poon, publicado dois relatórios sobre a temática. O primeiro, em fevereiro, contava o dilema e o pânico do jovem Nur (nome fictício) que se encontrava a estudar, cumprindo o sonho de uma vida, no Japão. Em abril de 2017, recebeu um telefonema ansioso da sua mãe, dizendo-lhe que a polícia de Xinjiang tinha ordenado que ele “regressasse a casa”. Pouco tempo depois recebeu outro telefonema, do pai, com uma mensagem ainda mais arrepiante: “Não voltes e não lhes envies nenhuns documentos. Não voltes a contactar-nos.”

Para os uigures que vivem no estrangeiro, no Japão e não só, regressar a casa é uma decisão difícil. Por um lado, querem ver os seus familiares. Mas, por outro, colocam-se em risco de detenção arbitrária. Para

Nur, esse risco estava implícito na mensagem do seu pai. Deixou-o perante uma escolha impossível: ir para casa e arriscar ser enviado para um campo; ou ficar no Japão e não voltar a ver a sua família.

No Japão, os vistos permitem a 2000 uigures residentes permanecerem indefinidamente no país, mesmo sem os seus passaportes chineses. Mas eles enfrentam a possibilidade real de nunca mais voltarem a ver as suas famílias – uma aflição tornada ainda mais dolorosa pelo medo constante de os seus familiares serem levados para campos.

O MEDO DE FALAR

Em abril, Patrick Poon chegou à fala com Amir, um uigur que reside na Austrália, que afirma desconhecer o paradeiro dos seus familiares: “Não sei se ainda estão vivos ou que mais posso fazer para ter novas informações”. Os seus pais e outros familiares foram enviados para um campo de reeducação, em 2018. Desde então, nada sabe sobre eles.

Para o investigador para a China da Amnistia Internacional, a situação é clara, existe o medo de falar: “Vários uigures que vivem no estrangeiro disseram-me que foram bloqueados no WeChat pelos parentes que vivem em Xinjiang. Esta é uma popular plataforma de comunicação na China. Em causa estava o medo de represálias caso falassem. No entanto, quem vive fora da China também corre riscos. Muitos temem que possam ser deportados de onde se encontram, quando os passaportes ou os vistos expirarem, sendo, depois, detidos arbitrariamente quando regressarem à China. Existem relatos de casos de deportação nos Emirados Árabes Unidos, no Egito, na Tailândia, no Paquistão, na Suécia e na Alemanha. Muitos uigures com quem conversei tinham muito medo de revelar onde estão”.



Penas de prisão para os responsáveis pela morte de **Berta Cáceres**

No último mês de dezembro, um tribunal penal das Honduras condenou sete das oito pessoas acusadas de serem as responsáveis pelo homicídio da defensora de direitos humanos e do ambiente, Berta Cáceres, com as penas de prisão a variarem entre os 16 e os 34 anos.

A morte de Berta Cáceres, na noite de 2 de março de 2016, em casa, foi um dos muitos ataques mortais dirigidos à organização da ativista, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas das Honduras, responsável por uma campanha contra a construção de um projeto hidroelétrico nas terras ancestrais dos Lenca - um trabalho feito de forma pacífica e legítima.



© Goldman Environmental Prize

© Alhan Fakhr - Al



Plano para pôr fim à poluição atmosférica no **Paquistão**

No final do ano passado, o primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, reconheceu, em conferência de imprensa convocada para abordar a poluição atmosférica, que o país está perante um “assassino silencioso” e apresentou um plano minucioso - elaborado com o apoio de especialistas na área - para colocar um fim ao problema.

A Amnistia Internacional recebeu, inclusivamente, uma carta do Ministro para as Alterações Climáticas, onde estavam representadas várias medidas a serem tomadas para uma atmosfera mais limpa e um futuro mais sustentável.



© Privado

Desenvolvimentos positivos no caso da jovem iraniana **Yasaman Aryani**

No passado dia 5 de fevereiro, a Amnistia Internacional tomou conhecimento de que um Tribunal de Recursos de Teerão reduziu as penas de prisão de Yasaman Aryani e da sua mãe Monireh Arabshahi, ambas casos da nossa mais recente Maratona de Cartas.

Recorde-se que tinham sido condenadas a 16 anos de prisão por reunir e conspirar contra a segurança nacional e outras acusações. O que espoletou este caso foi o facto de Yasaman ter sido filmada, no Dia Internacional da Mulher de 2019,

a distribuir flores numa carruagem exclusivamente feminina do metro de Teerão, sem “hijab”.

Monireh, por sua vez, foi detida mais tarde, quando tentou, junto das autoridades, recolher informações sobre a sua filha. Atualmente, em vez dos 16 anos de prisão a que estavam inicialmente condenadas, deverão cumprir cinco anos e seis meses.

Continuaremos a trabalhar até que ambas estejam em liberdade.

IRS

ESCOLHA A AMNISTIA INTERNACIONAL PARA FAZER A CONSIGNAÇÃO DO SEU IRS, SEM QUALQUER CUSTO PARA SI

COMO FAZER A CONSIGNAÇÃO DO IRS EM APENAS 4 PASSOS

É muito fácil! Quando estiver a preencher a sua declaração de IRS deve colocar no Modelo 3, na folha de rosto, no Quadro 11, um X no Campo 1101 e o NIF da Amnistia Internacional Portugal **501 223 738**. Colocando depois um X na opção IRS. É só isto!

Veja os passos nesta imagem.

The screenshot shows the 'Preencher Declaração' (Fill Declaration) page on the website of the Portuguese tax authority (AT - Autoridade Tributária e Aduaneira). The page title is '11 Consignação de 0,5% do IRS / Consignação do Benefício de 15% do IVA Suportado'. The interface includes a sidebar with steps 0-13, a main content area with radio buttons for beneficiary entities, a NIF field, and checkboxes for IRS and IVA. Four yellow callout boxes with numbers 1-4 highlight key steps: 1 points to the '11 Consignação de 0,5% do IRS...' step in the sidebar; 2 points to the selected radio button for 'Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública'; 3 points to the NIF field containing '501223738'; 4 points to the checked 'IRS' checkbox.

Ao escolher a Amnistia para consignar o seu IRS, está a apoiar o nosso trabalho sem qualquer custo para si. Não paga mais nem recebe menos. E é muito fácil.

Pode saber tudo sobre a consignação do IRS, como funciona e como fazer, mesmo com entrega automática, na nossa página dedicada ao IRS. Nessa página pode também utilizar uma ferramenta muito útil para ajudar a não esquecer de entregar os IRS no prazo legal.

SAIBA MAIS EM WWW.AMNISTIA.PT/IRS E NÃO SE ESQUEÇA DOS NÚMEROS QUE FAZEM A DIFERENÇA:

501 223 738

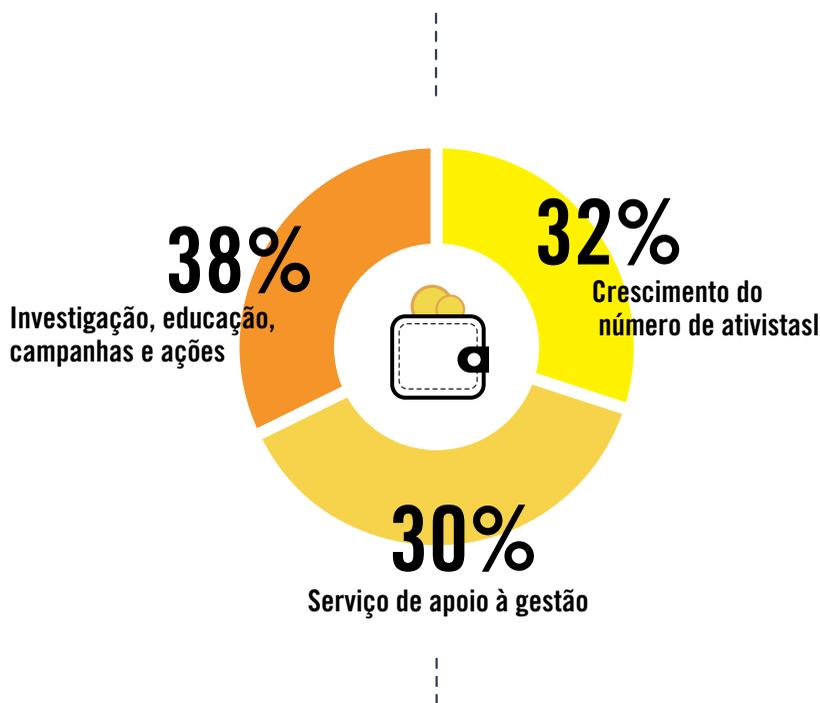
É uma forma simples e sem custos de dizer que os direitos humanos são importantes para si e que juntos conseguimos um mundo melhor e mais justo. **Obrigado!**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

GRAÇAS A SI, O MUNDO FICOU MELHOR EM 2019

Hoje, representamos um movimento global de quase oito milhões de pessoas que tenta tornar o mundo melhor, para que os direitos humanos sejam usufruídos por todos. Em Portugal, somos mais de 12.700 ativistas, membros e apoiantes, e o ano de 2019 provou que juntos temos muito poder. Novas ferramentas de ativismo foram criadas e mais pessoas participaram nas ações que lançámos.

COMO USÁMOS OS NOSSOS RECURSOS EM 2019



**A SI, QUE PERMITIU TUDO ISTO, OBRIGADO – EM NOSSO NOME
E EM NOME DE TODAS AS PESSOAS QUE AJUDOU EM 2019!**

CONSCIENCIALIZÁMOS AS AUTARQUIAS PORTUGUESAS PARA O DIREITO À HABITAÇÃO CONDIGNA.

Um manual sobre as obrigações dos Estados em matéria de direito à habitação foi enviado a todos os municípios do país e entregue à Câmara Municipal da Amadora numa vigília que contou com o então secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

OS PORTUGUESES COMPREENDEM MELHOR OS REFUGIADOS E AJUDAM NA SUA INTEGRAÇÃO.

Com a ação “Love Not Walls”, criámos uma verdadeira corrente de amor, em alternativa ao “grande, grande muro” proposto pelo presidente Trump.

LANÇÁMOS LUZ SOBRE O QUE SE PASSA EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS NOS PAÍSES DA CPLP.

O Fórum da Coragem 2019 foi dedicado aos países de língua oficial portuguesa. Juntámos à mesma mesa ativistas, membros do governo, investigadores, jornalistas e especialistas, para falarem da situação de direitos humanos nesses países.

LUTÁMOS PARA QUE OS QUE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS ESTEJAM MAIS PROTEGIDOS.

No programa de televisão “5 para a meia-noite”, lançámos a petição pela Nasrin Sotoudeh, e no IndieLisboa 2019, lutámos pelo jornalista Amade Abubacar, que saiu em liberdade. O ano terminou com um concerto de homenagem a todos os defensores de direitos humanos. Mais de 800 pessoas estiveram presentes e centenas comentaram online a luta de quem ousa defender os direitos humanos.

AS MULHERES E OS SEUS DIREITOS TÊM DE SER PROTEGIDOS.

Em Portugal contribuímos para o debate em torno da violência sobre as mulheres e dos estereótipos que ainda existem na justiça.

SALVÁMOS DEZENAS DE PESSOAS, COM PETIÇÕES, AÇÕES DE RUA E AÇÕES ONLINE.

O caso mais urgente foi o da jovem Taibeh Abassi, refugiada há sete anos na Noruega, que conseguimos salvar em apenas 3 dias de ativismo online.

Notícias da direção

O medo sempre foi fácil de promover. Sabemos bem que o difícil é contrariá-lo.

Num período de derivas autoritárias, queremos contrariá-lo com a esperança. Mas com uma esperança realista, reconhecendo que promover os Direitos Humanos é, hoje, um desafio ainda mais exigente, que precisa de nós.

Contra o medo, precisamos de mais estratégia, para podermos potenciar os nossos recursos que são sempre escassos – e para podermos sentir que temos razões para ter esperança. É por isso que o movimento está a preparar um plano estratégico para os próximos oito anos, que nos permita ter um horizonte de objetivos para, no atual contexto, conseguirmos promover as liberdades e combater as desigualdades.

A Direção da Amnistia Internacional Portugal esteve reunida para identificar prioridades em Portugal, em consonância com as prioridades que estão a ser estabelecidas a nível internacional. Continuaremos a fazê-lo ao longo dos próximos meses, participando também no Fórum Regional e na Global Assembly, e continuando, em Portugal, um processo de reflexão que abranja todas as pessoas de uma equipa que quer ter – e vai ter – mais impacto nos Direitos Humanos, não só em Portugal, mas num mundo que precisa de nós.

Em paralelo com o processo de planeamento estratégico, queremos também garantir que, nos próximos anos, a Amnistia Internacional Portugal encontrará um espaço para crescer - e um espaço que se torne a casa dos Direitos Humanos em Portugal, aberta a todas as pessoas e organizações que se mobilizam por esta causa abrangente, que é uma causa de união e de esperança. Estamos por isso a trabalhar e a encetar contactos para procurar assegurar esse espaço e essa abrangência, num futuro próximo.

Sabemos também que construir a esperança passa por reconhecer que a juventude desempenha um papel fundamental na promoção dos Direitos Humanos. A aprovação recente, em Assembleia Geral, da nossa Estratégia de Juventude vai ajudar a garantir que as vozes jovens se fazem ouvir na Amnistia Internacional Portugal e que a educação para os Direitos Humanos, que já era um vetor fundamental do nosso trabalho, será ainda mais potenciada. Com base na definição de jovem para o movimento e na caracterização desta população em Portugal, temos agora estruturadas as várias

formas de aproximação a estas faixas etárias, bem como os possíveis modelos para ativismo e formação e educação em Direitos Humanos. Esta será uma importante ferramenta para a operacionalização do trabalho por parte da nossa equipa executiva, bem como das estruturas operacionais.

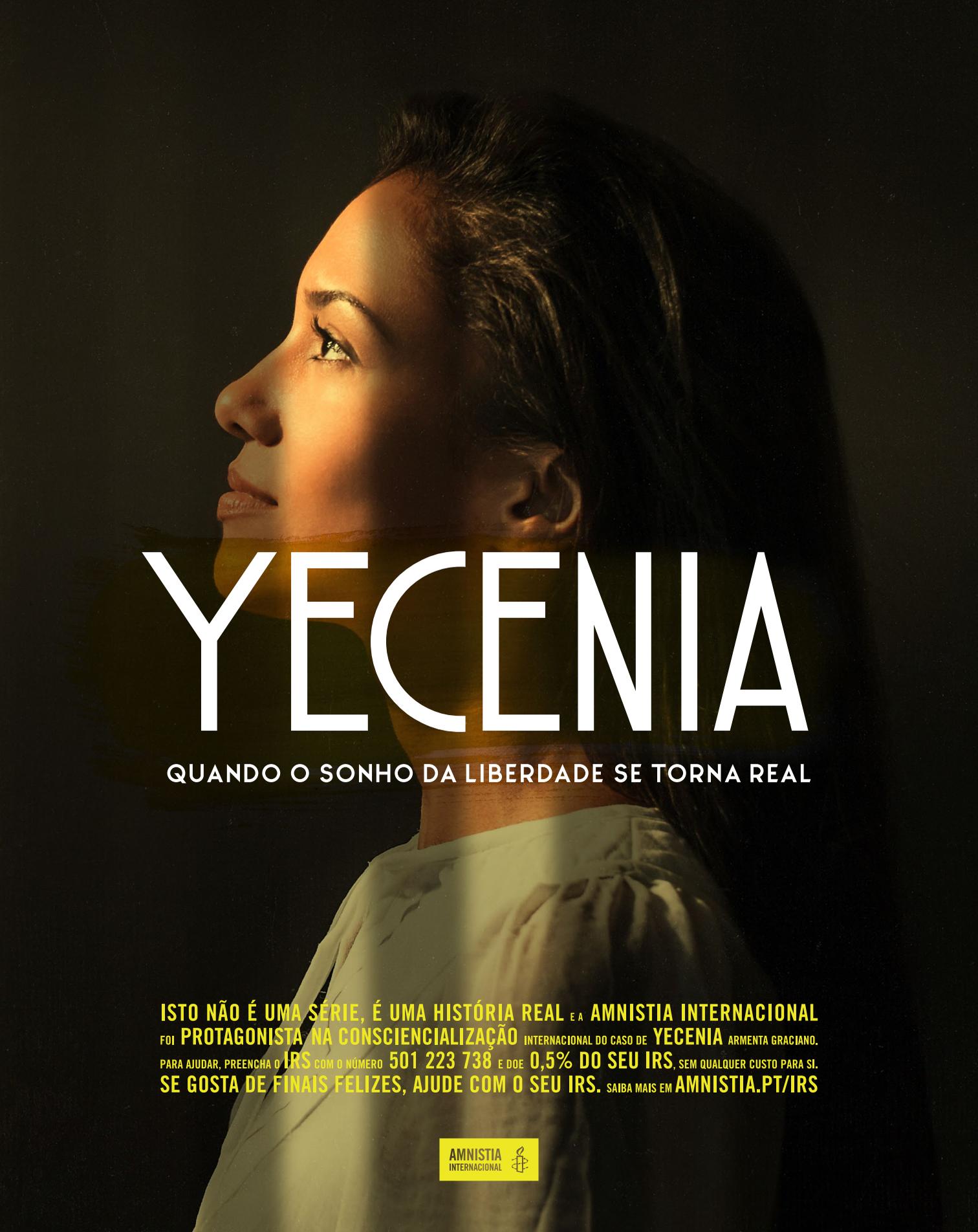
Saudamos, uma vez mais, o contributo que ativistas do nosso movimento têm dado para a esperança que vamos construindo. E queremos deixar uma saudação especial ao Paulo Pinto, que deixou agora a Direção da Amnistia Internacional Portugal, após muitos anos de importantes contributos enquanto Secretário, saudando também a Sandra Pereira, eleita na última Assembleia Geral e que assumirá agora a mesma função.

Acreditamos que, hoje, mais do que nunca, a Amnistia Internacional pode e deve ter um papel fundamental para definir a agenda mediática, para identificar as ameaças e as violações de Direitos Humanos, para combater a injustiça.

Acreditamos que merecemos a esperança, agindo de forma estratégica para criar a alternativa ao discurso de ódio, à ameaça às minorias, às mortes de migrantes, à separação de famílias, ao trabalho infantil, à pobreza em larga escala, aos crimes de guerra, aos bombardeamentos sobre Gaza, aos campos de concentração para minorias na China, à perseguição a homossexuais na Chechénia.

Deixamos por isso o apelo: reforcem o vosso apoio. Façamos dos Direitos Humanos o discurso oposto ao discurso do medo. Construamos, em conjunto, a esperança.





YECENIA

QUANDO O SONHO DA LIBERDADE SE TORNA REAL

ISTO NÃO É UMA SÉRIE, É UMA HISTÓRIA REAL E A **AMNISTIA INTERNACIONAL**
FOI **PROTAGONISTA NA CONSCIENCIALIZAÇÃO** INTERNACIONAL DO CASO DE **YECENIA** ARMENTA GRACIANO.
PARA AJUDAR, PREENCHA O **IRS** COM O NÚMERO **501 223 738** E DOE **0,5% DO SEU IRS**, SEM QUALQUER CUSTO PARA SI.
SE GOSTA DE FINAIS FELIZES, AJUDE COM O SEU IRS. SAIBA MAIS EM **AMNISTIA.PT/IRS**

AMNISTIA
INTERNACIONAL

